



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

THIAGO DUTRA HOLLANDA DE REZENDE

SISTEMA DE CRÉDITO E CRISES DO CAPITALISMO

BRASÍLIA - DF
2017

THIAGO DUTRA HOLLANDA DE REZENDE

SISTEMA DE CRÉDITO E CRISES DO CAPITALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador

BRASÍLIA - DF
2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

SISTEMA DE CRÉDITO E CRISES DO CAPITALISMO

Discente: Thiago Dutra Hollanda de Rezende

Docente: Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador (UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Neves de Sousa (Membro Externo – UFRN)

Prof^ª. Dr^ª. Ivanete Salete Boschetti (UnB)

BRASÍLIA - DF
2017

EPÍGRAFE

“Am I getting through to you, Mr. Beale? You get up on your little twenty-one inch screen and howl about America and democracy. There is no America. There is no democracy. There is only IBM, and ITT, and AT&T, and DuPont, Dow, Union Carbide, and Exxon. Those are the nations of the world today. What do you think the Russians talk about in their councils of state, Karl Marx? They get out their linear programming charts, statistical decision theories, minimax solutions, and compute the price-cost probabilities of their transactions and investments, just like we do. We no longer live in a world of nations and ideologies, Mr. Beale. The world is a college of corporations, inexorably determined by the immutable bylaws of business. The world is a business, Mr. Beale”.
Arthur Jensen, cena do filme Network de 1976.

RESUMO

A partir dos impactos das crises do capital e da atual recessão mundial sobre os direitos sociais e as políticas sociais, o presente trabalho teve como objetivo identificar as principais determinações das crises no capitalismo, tendo em vista o papel especial que o sistema de crédito teve na crise de 2008-9. A análise foi realizada por revisão bibliográfica e buscou qualificar as categorias e elementos fundamentais da relação capital, assim, iniciou-se por explicitar o caráter mercantil do modo de produção capitalista e das relações sociais mediadas pela troca de mercadorias, as quais levam à formação social sobre a base da lógica do valor e de sua forma de existência concreta, o dinheiro. O mais-valor e o lucro, formas em níveis diferentes da finalidade da produção capitalista foram conceituados para então ser explicada a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a qual, segundo certas correntes marxistas, seria o fator chave para compreender as crises do capital. O sistema de crédito, de sua base nas funções do dinheiro como meio circulante e forma de pagamento, é também abordado, de sua forma mais abstrata às formas cada vez mais desenvolvidas e complexas que assumiu com o desenvolvimento do capitalismo. Ao tomar proporções cada vez maiores, especialmente a partir da década de 1970, o sistema de crédito torna-se uma dimensão fundamental para a correta apreensão dos fatores das crises capitalistas e das dimensões das lutas de classes, como explicita a disputa pelo fundo público. Entretanto há muitas controvérsias sobre o papel do crédito e sua função nas crises. O presente trabalho termina por explicitar duas diferentes posições marxistas sobre a função do crédito na crise capitalista de 2008-9 e sobre o sentido do momento histórico que ficou conhecido como neoliberalismo.

Palavras-chave: Crise; Sistema de Crédito; Taxa de Lucro; Neoliberalismo; Política Econômica.

Lista de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Taxa média de lucro nos países principais (1869-2010) | 64 |
| Gráfico 2 - Taxa global de lucro e taxa média nos países centrais e periféricos | 65 |
| Gráfico 3 - Taxa global de lucro e China (1955-2010) | 66 |

Lista de Siglas

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

BIS – Bank for International Settlements

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CES – Câmara de Educação Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EC – Emenda Constitucional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSE – Fundo Social de Emergência

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

NRF – Novo Regime Fiscal

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PMB – Produto Mundial Bruto

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 9 |
| Capítulo 1: A relação capital | 15 |
| <i>1.1. Valor e economia mercantil</i> | 15 |
| <i>1.2. Mais-valor</i> | 20 |
| <i>1.3. Lucro e taxa de lucro</i> | 23 |
| <i>1.4. Lei da queda tendencial da taxa de lucro</i> | 27 |
| Capítulo 2: Crédito e Capitalismo | 32 |
| <i>2.1. O dinheiro como capital e a necessidade de crédito.</i> | 32 |
| <i>2.2. Crédito no capitalismo</i> | 38 |
| Capítulo 3: Crédito e Crises | 51 |
| <i>3.1 – Crise e capitalismo.</i> | 51 |
| <i>3.2 – Crédito e crise.</i> | 67 |
| Conclusão | 73 |
| Referências | 75 |

Introdução

A questão social, expressão polissêmica e polêmica, é o fator que referencia, demanda e exige o Serviço Social nas sociedades capitalistas. Segundo Hegel (2000, p. 29), “qualquer que seja o objeto de uma ciência e qualquer que seja a própria ciência, em dois pontos se deve demorar nossa atenção: um, o de que tal objeto *existe*, outro, o de saber *aquilo* que ele é”. O mesmo raciocínio nos parece ser válido para uma profissão, para uma determinada atividade social de cunho teleológico, uma vez que objetiva um determinado resultado específico por meio do uso de instrumentos e conhecimentos específicos.

O Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos a saúde, moradia, educação, relações familiares, infraestrutura urbana etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao *cotidiano*, enquanto *produto histórico* e enquanto *vivência pelos sujeitos*, ele é aqui aprendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social. A compreensão do cotidiano não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros; se eles são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é a expressão de um *modo de vida*, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 123).

Essas relações sociais são constituídas, na contemporaneidade, pelas condições sociais de produção e reprodução do capital, do modo de produção capitalista. São relações sociais capitalistas¹, as quais condicionam, exigem e determinam um determinado *modo de vida*, um conjunto de comportamento, de necessidades individuais e sociais, motivadas por carências e desejos historicamente constituídos. O cotidiano com o qual o assistente social se depara no seu exercício profissional “[...] é o “solo” da produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 123). Nesse sentido:

O Assistente Social, através da prática direta junto aos setores populares, dispõe de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO,

¹ Sempre condicionadas e referenciadas a uma determinada particularidade: “A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida” (MARX, 2012, p. 42).

2014, pp. 123-4).

É no campo da bagagem científica que o presente trabalho de conclusão de curso pretende contribuir. De acordo com a Resolução nº 15 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de março de 2002, que estabeleceu as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, a formação profissional dá-se sobre uma organização curricular que sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (BRASIL, 2002).

O Trabalho de Conclusão de Concurso (TCC) deve ser desenvolvido a partir do desdobramento dos componentes curriculares, assim, procuramos desenvolver o presente TCC a partir do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social. De acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 1996 da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) – atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – no núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social “objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico” (ABEPSS, 1996, p. 10). Assim, “a configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência” (p. 10). O conhecimento tem, nessa perspectiva, a possibilidade de promover a capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Trata-se de um núcleo que busca explicar o processo de conhecimento do ser social, por meio de teorias sociais modernas e contemporâneas.

O TCC é o trabalho “[...] no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um

processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso” (ABEPSS, 1996, p. 19). O presente trabalho não aborda os caracteres específicos da experiência de estágio, apesar dessa ter sido extremamente evocativa, uma vez que no campo de estágio foi possível lidar diretamente com o exercício profissional e com as expressões da questão social, especialmente no que tange ao atual contexto de precarização de serviços sociais públicos e focalização das políticas sociais. A indagação teórica aqui presente se preocupa em buscar entender as causas das crises capitalistas, em especial o papel do sistema de crédito nestas, uma vez que as medidas de ajuste fiscal e de “cortes de gastos” que tanto impactam o cotidiano dos assistentes sociais costumam ter por justificativa a necessidade de superar a crise.

A apreensão do que está para além das aparências e do empírico é fundamental para um exercício profissional que supere o pragmatismo e compreenda o indivíduo ou família objeto da intervenção na sua efetiva situação de classe. De acordo com Pastorini (2010, p. 113), a questão social como totalidade processual remete à relação capital/trabalho e “[...] as ações estatais, como as políticas sociais, têm como meta primordial o enfrentamento daquelas situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa”. Trata-se de um tratamento que não atinge à raiz do problema, já que não abrange ou tem em perspectiva essa totalidade, assim, as políticas sociais tratam as expressões da questão social “[...] como problemáticas particulares, fragmentando, estilhaçando e atomizando as demandas sociais como uma forma de reprimir, acalmar e calar qualquer voz que atente contra a coesão e a ordem socialmente estabelecida” (PASTORINI, 2010, p. 113).

Como o fazer profissional do assistente social se dá na maior parte das vezes no bojo das políticas sociais, essa fragmentação da ação e da visão sobre os objetos de trabalho, associada à força do modo de vida gerado sobre determinadas relações sociais historicamente constituídas, pode levar a um distanciamento ou obliteração da prática profissional dos princípios inscritos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, especialmente a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2011, p. 24) e, também, o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (BRASIL, 2011, p. 23).

A investigação das determinações da questão social, da sua constituição e das suas categorias é, portanto, necessária dada a particularidade da intervenção profissional do assistente social e o projeto ético-político do Serviço Social. “Assim, a atualidade da “questão

social” se põe tanto para os assistentes sociais *de campo* quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social” (NETTO, 2009, p. 152). E é nesse sentido que o presente trabalho de conclusão de curso se propõe a realizar a análise de categorias da realidade social que, num primeiro momento, parecem distantes do horizonte cotidiano do profissional de Serviço Social.

Segundo Netto e Braz (2011, p. 149), a questão social é determinada pela lei geral da acumulação capitalista, e “[...] ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças”. Assim, compreender a relação capital não é apenas compreender as suas características e tendências gerais, mas é analisar à sua incidência em um determinado lugar e numa determinada quadra histórica.

Ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o modelo de desenvolvimento fordista, as políticas com influências keynesianas e as configurações de intervenções estatais na questão social em vigor são colocadas em xeque. De acordo com Salvador (2010, p. 92), “a nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a ‘nova’ roupagem, rebatizado de neoliberalismo”. Essa acentuação da esfera financeira levaria a uma maior instabilidade econômica segundo o autor, que afirma que o “o mundo das finanças globalizadas tem sido marcado por uma sucessão de crises financeiras” (SALVADOR, 2010, p. 102). A criação de novos produtos financeiros, desregulamentação, ampliação de fusões e aquisições, deslocamento de investimentos para setores improdutivos como a especulação financeira entre outros aspectos, constituiria o que se qualifica também como financeirização.

Esse processo tem impactos profundos sobre a relação capital e a questão social, uma vez que é acompanhado por um intenso processo de privatização, flexibilização das relações de trabalhos e desresponsabilização do Estado no fornecimento de serviços públicos ligados à educação, saúde e assistência social. Além disso, dado o volume de capital investido que representa, a financeirização acelera o processo de privatização dos sistemas previdenciários, por exemplo. Para Granemann (2006, p. 10),

[...] a ‘previdência privada’ é apenas uma mediação para a realização do capital portador de juros em uma época em que o crédito para o financiamento do capital produtivo se torna cada vez mais caro e, simultaneamente, uma força mobilizadora, sem precedentes, de recursos para ‘investimentos’ em mercados de capitais e capitais fictícios especialmente na sua ‘dimensão’ especulativa. Esta é a dimensão econômico-financeira da ‘previdência privada’.

Entender o que são as categorias crédito, capital portador de juros e capital fictício, além de quais são suas funções, é um dos objetivos do presente trabalho. Assim, pretendemos analisar a relação entre o sistema de crédito e as crises capitalistas, dentro dos limites de um trabalho de conclusão de curso, tendo em vista o papel que as crises exercem sobre as políticas sociais e o campo de trabalho do assistente social.

Ao analisar os efeitos da crise brasileira nos anos 1980 e as tendências para o sistema previdenciário brasileiro nos primeiros anos da década de 1990, Mota (2015) constata a formação de uma *cultura da crise*, cujo marco é o pensamento neoliberal, o qual favoreceu a implementação de novas estratégias econômicas e políticas do grande capital.

O núcleo temático dessa cultura é a socialização da ideia de que a crise afeta indistintamente *toda* a sociedade. Enfim, uma visão socializadora da crise que desqualifica, do ponto de vista político-econômico, as posições antagônicas das classes, ao mesmo tempo em que constrói um modo de integração passiva à ordem do capital. Por isso, essa cultura é formadora da hegemonia do grande capital e também protagonista do consentimento ativo das classes subalternas, na medida em que seja capaz de elaborar uma visão socializadora da crise, conseguindo estruturar campos de lutas, formar frentes consensuais de intervenção e construir espaços de alianças (MOTA, 2015, pp. 120-21).

Essa cultura busca criar um novo conformismo social em relação às contrarreformas neoliberais, com o discurso que é necessária uma saída conjunta para a crise, uma solução para *o país*, o que seria interesse comum de trabalhadores, empresários e marginalizados. Entender as crises e suas implicações concerne, portanto, ao entendimento das lutas políticas que terminam por determinar a forma e o conteúdo da ação estatal, no que se incluem as políticas sociais e os sistemas de proteção social, campo de trabalho do profissional de Serviço Social.

Sobre os procedimentos de pesquisa adotados, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema por meio de livros, artigos, dados e informações disponíveis impressa e digitalmente. Tratamos de encontrar um percurso demonstrativo que possa demonstrar a necessidade das diferentes categorias e assim esclarecê-las e vinculá-las a dois aspectos fundamentais da economia capitalista: 1) seu caráter mercantil e 2) sua base de acumulação na exploração da força de trabalho.

Além da presente introdução, a presente monografia se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as categorias fundamentais da relação capital. É explicitado o caráter mercantil do modo de produção capitalista, caracterizado pelo fato de que os produtores socializam os produtos de seu trabalho por meio da troca, sendo ausente qualquer controle ou planejamento social da produção. As mercadorias são trocadas por

mercadorias equivalentes em termos de valor, desenvolvendo-se a partir dessa relação a forma equivalente geral e, conseqüentemente, o dinheiro. A forma monetária da riqueza social é o objetivo da produção capitalista, sendo assim explicadas as categorias mais-valor e lucro. Ao cabo do capítulo é explicada a lei da queda tendencial da taxa de lucro e seu papel para a ocorrência das crises capitalistas. No segundo capítulo é abordado o sistema de crédito e seus elementos constitutivos a partir da forma meio de pagamento do dinheiro. O crédito no capitalismo torna-se um mecanismo essencial para a reprodução ampliada do capital e uma figura essencial para a realização de investimentos. São desenvolvidas as formas capital portador de juros e capital fictício a partir dessas relações. No quadro do capital fictício, é destacado o papel dos títulos e da dívida pública, sendo explicitado o papel do fundo público nas lutas de classes contemporâneas. No terceiro capítulo, por fim, são conceituadas as crises do capitalismo e analisado o papel do crédito nessas, em especial na grande crise de 2008-9 e na Grande Recessão que a seguiu.

Capítulo 1: A relação capital

1.1. Valor e economia mercantil

A sociedade capitalista é uma sociedade mercantil. Isso não significa que ela seja um tipo de sociedade mercantil caso pensássemos numa classificação sociológica. Significa apenas que há um caráter essencialmente mercantil na organização social sobre o modo de produção capitalista. Também não significa que a sociedade capitalista é uma evolução da sociedade mercantil, como uma leitura historicizadora do capítulo primeiro d'*O Capital* poderia sugerir². Tal alerta é importante, o próprio Marx (1996a, p. 129) registrou no Prefácio à Primeira Edição do Livro 1: “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior”. Entender a substância do valor e a determinação de sua grandeza é essencial para o entendimento do núcleo da economia capitalista.

Mas afinal, no que consiste esse caráter mercantil do capitalismo? O que significa uma economia mercantil? E uma sociedade mercantil?

Rubin (1987) chama a atenção para o fato de que só é possível entender qualquer afirmação de *O Capital* se tivermos em mente o fato de que se trata do estudo de uma sociedade específica, no caso, da sociedade burguesa moderna, ou sociedade mercantil-capitalista. Embora haja menções há outros modos de produção aqui e acolá, trata-se de uma obra sobre o modo de produção capitalista desde a sua primeira linha.

O caráter mercantil do capitalismo é exposto no primeiro capítulo, trata-se de um modo de produção e de uma sociedade cuja forma social da riqueza aparece como uma imensa coleção de mercadorias. Nessa sociedade, a dependência recíproca dos indivíduos se manifesta na permanente necessidade de troca de mercadorias, sendo o valor de troca o mediador geral. Isso porque as mercadorias têm um duplo caráter, são valores de uso, na medida em que satisfazem necessidades específicas, e valores, na medida em que são portadoras de uma propriedade que as permitem ser trocadas por outras mercadorias. Essa propriedade é o valor da mercadoria.

Uma economia mercantil é caracterizada pela existência de produtores de mercadorias, de produtos do trabalho cujo objetivo de sua produção é sua venda. É por meio da troca de

² “A noção de “produção mercantil” é portanto paradoxal. Marx utiliza-a para determinar as categorias de valor de troca, de forma valor da moeda e para inserir os mercados numa circulação mercantil que constitui um sistema de trocas. Mas trata-se de uma produção que não comporta relações de produção determináveis, seja num modo de produção, seja numa formação histórica concreta” (BRUNHOFF, 1978a, p. 52).

mercadorias que se articulam os sujeitos sociais numa economia mercantil. No processo de troca, as pessoas se tornam personificações de relações econômicas, importando apenas o caráter de possuidores de mercadorias. A articulação, o nexos social entre os indivíduos, se dá por essa relação que subordina os produtores à produção de valores de uso para outrem, mas sem nunca ter a certeza da realização do valor da mercadoria produzida, afinal, “se o trabalho é útil para outros, se, portanto, seu produto satisfaz as necessidades alheias, somente sua troca pode demonstrar” (MARX, 1996a, p. 210). Portanto, a mercadoria tem que ser realizada como valor de troca para poder satisfazer uma necessidade humana, para poder ser realizada como valor de uso.

Numa sociedade mercantil as trocas são generalizadas, as mercadorias são trocadas mantendo-se uma proporção relativa entre elas, o que faz com que o seu valor de troca seja reduzido a algo que mercadorias com diferentes valores de uso tenham em comum. As propriedades corpóreas das mercadorias “[...] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso [...], é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias” (MARX, 1996a, p. 167). A natureza física da mercadoria é indiferente no processo de troca, como valores de troca, as mercadorias só podem ser de quantidade diferente, “[...] não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1996a, p. 167).

O que há de comum em mercadorias de diferentes valores de uso é o fato de serem produtos do trabalho. Esse trabalho é abstraído de suas características específicas, enquanto “[...] trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado” (MARX, 1996a, p. 168), assim como são abstraídas as características do valor de uso da determinação do valor de troca. Esse trabalho abstrato não é também o trabalho no seu sentido amplo e a-histórico, entendido como dispêndio de energia, fisiológico, dispêndio de energia e músculos, mas trata-se de uma forma social específica do trabalho, a qual ganha seu caráter ainda no processo produtivo destinado à produção de mercadorias.

O que importa para a definição de um bem ou serviço ser ou não ser mercadoria não é seu conteúdo útil, mas se é produzida para a troca e adquirida e consumida por meio desse processo social específico, é sua forma social, não material, que importa na sua qualificação como mercadorias. Conforme expõe Marx (1996a, p. 167), na equiparação das mercadorias, “todas as suas qualidades sensoriais se apagam”, o caráter útil dos trabalhos concretizados nas mercadorias desaparece e eles “[...] deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1996a, p. 168). Portanto, a qualidade que faz de um produto do trabalho humano uma mercadoria não

advém de qualquer propriedade natural que esta tenha, mas de uma propriedade social adquirida na medida em que esses produtos são produzidos para a troca e só confirmada quando são efetivamente trocados.

O valor é essa objetividade fantasmagórica que é o que tem de comum entre as mercadorias trocadas, sendo manifesto pelo valor de troca. Um valor de uso possui valor apenas quando nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. O valor é, portanto, a forma social assumida pelos produtos do trabalho numa economia mercantil. A grandeza desse valor é medida pela quantidade da sua substância constituidora cristalizada na mercadoria, o trabalho abstrato. “A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc” (MARX, 1996a, p. 168). Esse tempo de trabalho enquanto medida do valor é o tempo de trabalho socialmente necessário, que leva em conta o caráter de uma força média de trabalho social.

De acordo com Marx (1996a, p. 169), “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho”. Os valores das mercadorias são equiparados quantitativamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção delas. “A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza” (MARX, 1996a, p. 170). Esse tempo de trabalho não pode portanto ser medido individualmente, se cronometrarmos o tempo que um oleiro demora para fazer um vaso, não estaremos medindo o tempo socialmente necessário, mas o tempo de trabalho útil para produzir aquele valor de uso.

A mercadoria aparece como algo dúplice, na medida em que se mostra como valor de uso e valor de troca, algo que é decorrente do duplo caráter do trabalho nela representado. Na produção de mercadorias, o trabalho produz valor de uso e valor. Para que os valores de uso se defrontem como mercadorias, eles devem conter o resultado de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, produzidos por produtores privados autônomos e independentes entre si, mas devem ser produtos equivalentes entre si em termos de valor de troca.

Marx (1996a) demonstra o processo pelo qual necessariamente uma mercadoria se torna o equivalente geral, cuja forma na verdade é o que realmente importa. Afinal, a forma equivalente geral é uma forma do valor em si, é nessa forma que todas as mercadorias expressam seu valor. Não por acaso que essa forma pode ser recebida por qualquer mercadoria. Quando um gênero específico de mercadoria funciona como mercadoria, torna-se

mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro, como ocorreu com os metais preciosos, em especial o ouro. As qualidades naturais dos metais preciosos serviram bem historicamente à função social de equivalente geral. Mas a função básica do dinheiro é a de “servir de forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente” (MARX, 1996a, p. 214), ou seja, forma adequada para manifestação do valor ou da materialização do trabalho humano abstrato, algo que pode ser cumprido pelas formas naturais dos metais preciosos, mas que também pode ser assegurado por outras medidas e instrumentos sociais, como ocorre no sistema monetário contemporâneo e a garantia fiduciária da moeda. A primeira função do dinheiro é a de ser a medida dos valores, de fornecer o meio pelo qual as mercadorias expressam ou representam seu valor, sendo posta a sua necessidade e existência pela troca de mercadorias e a ação social dos agentes de troca.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho. (MARX, 1996a, p. 219).

Como consequência de função como medida de valor, o dinheiro também se torna padrão dos preços, ou seja, funciona como unidade de conta. Toda a produção é programada e executada por meio do cálculo dos custos e da prospecção de lucros em termos de determinada unidade monetária. A partir disso, o dinheiro exerce a função de meio circulante. O ciclo D-M-D' representa o processo de circulação capitalista basicamente, dinheiro que é investido para produzir mercadoria, que adicionadas de mais valor, são vendidas por mais dinheiro que o inicialmente aplicado. Essa forma da circulação mediada pelo dinheiro permite o seu rompimento interno, qual seja, que ocorra apenas D-M ou M-D. Ou seja, na troca direta, produtos são intercambiados, na troca de mercadorias, mercadoria e dinheiro são trocados, ou seja se toda compra implica uma venda, não necessariamente todo vendedor vai comprar imediatamente.

A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra. Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz

valer de forma violenta, por meio de uma — crise. (MARX, 1996a, p. 236).

Trata-se da mera possibilidade formal das crises. Essa possibilidade pode ser desenvolvida a partir de todo um conjunto de outras condições, mas demonstrar que dentro da própria totalidade do processo de circulação simples, a partir de suas própria lógica, já está posta a possibilidade da sua ruptura.

A crise não é, portanto, meramente a autonomização possível de momentos diferentes do processo de circulação. Ela é a evidência de que essa autonomização contraria a unidade obrigatória dos momentos, de que sem a complementaridade deles não ocorre a distribuição de produtos entre os membros da economia mercantil, de modo que estes últimos não teriam acesso aos produtos que desejam consumir. Já que a compra e a venda constituem o *nexo social* básico entre tais indivíduos, elas não podem se autonomizar sem romper este nexo. (GRESPLAN, 2012, p. 77).

O nexo social entre os indivíduos numa sociedade mercantil se dá pela troca, pela compra e venda. Os produtores são independentes e somente se relacionam na circulação, não há planejamento nem controle social da produção. Assim, a distinção entre os atos de compra complementares de compra e venda postos pela autonomização do dinheiro, coloca a possibilidade da crise na medida em que é necessário que se reestabeleça o nexo social rompido na troca não realizada.

O dinheiro, como medida de valor e meio circulante, estabelece o nexo social entre os indivíduos numa sociedade fundada sobre a troca de mercadorias, a conexão social entre estes é ex-post, ou seja, na troca dos produtos de seus trabalhos singulares realizados de forma independente. Nesse sentido, o dinheiro é fonte de poder social.

[...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua qualidade particular, é o valor de troca, i.e., um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada. (MARX, 2011, p. 105).

Como fonte de poder social, o dinheiro passa a ter função de entesouramento, na medida em que mercadorias são vendidas não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. Além disso, o dinheiro também funciona como meio de pagamento, na medida em que o momento da troca física da mercadoria pode estar separado da sua realização monetária. A função do dinheiro como meio de pagamento também se enquadra na possibilidade de crise, na medida em que os pagamentos futuros não

podem se compensar. De fato, é a partir da função do dinheiro como meio de pagamento que se origina o dinheiro de crédito, cujo desenvolvimento leva ao capital portador de juros e ao sistema de crédito.

1.2. Mais-valor

A troca de equivalentes é apenas o ponto de partida da transformação de dinheiro em capital. A circulação simples de mercadorias, qual seja, vender para comprar, serve apenas como meio para um fim que está fora dela, que é a satisfação de necessidades pelos diferentes valores de uso. Assim, a forma direta da circulação simples é $M - D - M$. Ao lado dela ocorre uma outra forma de circulação, qual seja, $D - M - D$, transformação de dinheiro em mercadoria e novamente em dinheiro. Nesse circuito, em que se compra para vender, o dinheiro transforma-se em capital.

Na circulação simples, ambos os extremos da forma direta têm a mesma forma econômica, são mercadorias, diferindo apenas qualitativamente, vende-se meias para comprar luvas, por exemplo. Na circulação $D-M-D$ chega-se ao mesmo lugar, dinheiro é dinheiro, a forma econômica que não se difere qualitativamente³. A única diferença possível é quantitativa, apenas mediante sua grandeza que uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro. Almeja-se, assim, que se retire mais dinheiro da circulação do que o inicialmente investido, a forma completa desse processo deve ser $D - M - D'$, onde $D' = D + \Delta D$. Esse acréscimo Marx chama de mais-valor: “O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital”. (MARX, 1996a, 271). Ao final do ciclo, o mais-valor é somado ao valor originalmente investido, o dinheiro, agora uma soma quantitativamente maior, está disponível para circulação, devendo sempre retornar para continuar sendo capital. Diferente da circulação simples onde o seu objetivo está fora dela, o consumo e a satisfação de uma necessidade, a circulação do dinheiro como capital é uma finalidade em si mesma, “[...] pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1996a, p. 272). Sob esse comando que surge a figura do capitalista.

³ “Primeiro trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto insossa” (MARX, 1996a, p. 270).

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação (MARX, 1996a, p. 273).

O crescimento de sua riqueza abstrata, valor sob forma monetária, acumulação de capital, é a meta-mestre de todo capitalista que almeja continuar sendo capitalista. O valor se transmuta em diferentes mercadorias para sempre voltar a ser valor, valor valorizado, transformando-se, assim, num sujeito automático, valor que se valoriza.

O mais-valor é realizado na circulação e só existe depois de nela confirmado, mas não é produzido na circulação. Ele é produzido a partir de uma mercadoria que tem a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo consumo é em si objetivação de trabalho, portanto, criação de valor. Essa mercadoria é a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. [...] a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. (MARX, 1996a, p. 285).

A força de trabalho é a mercadoria que o trabalhador tem para vender para ter o signo com o qual pode suprir suas necessidades no mundo das mercadorias. A forma típica que sacramenta essa venda é o salário. O valor do salário é determinado como o valor pago por qualquer outra mercadoria, ou seja, pelo tempo socialmente necessário à produção daquela mercadoria⁴.

Na superfície das relações sociais burguesas o salário do trabalhador aparece como o preço do trabalho, como a remuneração pela quantidade de trabalho despendida, assim como o preço de qualquer matéria-prima ou auxiliar. Entretanto, para que fosse vendido como mercadoria, o trabalho precisaria existir antes de ser vendido, “mas, se o trabalhador pudesse

⁴ “Mas o que é o valor de uma mercadoria? Forma objetiva do trabalho social despendido em sua produção. E mediante o que medimos a grandeza de seu valor? Mediante a grandeza do trabalho contido nela” (MARX, 1996b, p. 165).

dar-lhe existência independente, então ele venderia mercadoria e não trabalho”. (MARX, 1996b, p. 164-5). Essa troca direta de dinheiro pelo trabalho objetivado ou anularia a lei do valor ou anularia a própria produção capitalista que repousa no trabalho assalariado.

O que se defronta diretamente ao possuidor de dinheiro, no mercado, não é, de fato, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho. Tão logo seu trabalho realmente começa esta já deixou de pertencer-lhe e portanto não pode mais ser vendida por ele. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor. (MARX, 1996b, p. 167).

A relação entre capitalista e trabalhador, não entre capitalista e trabalho, é mediada pela forma salário, na qual é negociada a remuneração correspondente a determinada jornada de trabalho. Durante essa jornada de trabalho, o trabalhador reproduz o valor da sua força de trabalho até determinado tempo, trabalho necessário, depois do qual ele executa trabalho não pago. Esse trabalho não pago, mais-trabalho, é, entretanto, camuflado na forma salário, onde todo o trabalho aparece como trabalho pago. Trata-se de uma obliteração necessária e fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista, é a partir dela que são desenvolvidas concepções jurídicas e valorativas próprias da sociedade capitalista.

O valor do salário é determinado pelo tempo socialmente necessário gasto para a reprodução da força de trabalho, então este deve suprir as necessidades de alimentação, moradia, vestuário, saúde, lazer entre outras social e historicamente determinadas.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 1996a, p. 287).

Na medida em que o capitalista paga o valor da força de trabalho, o salário, ele tem o direito de explorar a força de trabalho naquele período. O valor de uso da força de trabalho apenas se manifesta na sua utilização real ao ser consumida no processo de trabalho. Esse processo ocorre sob o controle do capitalista, o qual determina a ordem e a maneira de emprego dos meios de produção. Ao fim, o produto do trabalho é propriedade do capitalista.

É por meio da extensão da jornada, do tempo de trabalho em que o trabalhador produz valor, acima do necessário para pagar o valor da força de trabalho que o capitalista explora o mais-valor. Daí que o valor da força de trabalho é denominado capital variável, dada sua capacidade de gerar valor, e os demais elementos que entram na produção da mercadoria são denominados capital constante. O capital variável não acrescenta seu próprio valor ao

produto. O valor de toda mercadoria pode ser representado pela fórmula: $M = c + v + m$, onde M é o valor da mercadoria, c é o valor do capital constante, v é o valor do capital variável e m é o mais-valor. O mais-valor é acrescentado a partir do trabalho dirigido pelo capitalista, essa parte do valor da mercadoria não custa nada ao capitalista, tratando-se do trabalho não-pago ao trabalhador.

1.3. Lucro e taxa de lucro

Para o capitalista o que importa na produção de qualquer mercadoria é o quanto ele vai ganhar a mais a partir do quanto ele investiu na sua produção, é por meio dessa percepção simples ao senso comum que se define uma atividade como mais ou menos “lucrativa”. Na fórmula do valor M da mercadoria, portanto, o custo da mercadoria é representado por $c + v$, o que foi aplicado em elementos do capital constante e em força de trabalho. Para o capitalista esse é o verdadeiro custo da mercadoria, assim, o seu preço de custo é o que importa na decisão de investimento. Na fórmula do valor da mercadoria ele pode ser representado por p , donde temos que: $M = p + m$.

O mais-valor nessa perspectiva é uma adição não em relação ao capital variável, responsável pela produção do valor, mas uma adição em relação ao capital total investido, ao preço de custo da mercadoria⁵. Assim, o capitalista espera um retorno sempre do total gasto na produção da mercadoria. Nesse sentido, enquanto resultante do capital global adiantado, o mais-valor recebe a forma de lucro. “Uma soma de valor é, portanto, capital porque é gasta para produzir lucro ou lucro surge porque uma soma de valor é aplicada como capital”. (MARX, 1986a, p. 30). Temos assim, a fórmula do valor-mercadoria como $M = p + l$, ou seja, valor-mercadoria = preço de custo + lucro.

Essa mistificação do mais-valor, que faz com que o lucro assuma a aparência de ser resultante de qualquer parte da mercadoria é um desenvolvimento necessário da forma valor no modo de produção capitalista. Temos aqui a base para a distinção entre o valor de uma mercadoria e o seu preço de venda, uma vez que entre o seu preço de custo e seu valor, o capitalista pode vender sua mercadoria e se apropriar de uma determinada parte do mais-valor

⁵ “É agora claro para o capitalista que esse acréscimo de valor se origina dos procedimentos produtivos que são efetuados com o capital, que, portanto, ele se origina do próprio capital, pois após o processo de produção ele existe e antes do processo de produção ele não existia. No que, inicialmente, tange ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se por igual de seus distintos elementos de valor que consistem em meios de produção e em trabalho”. (MARX, 1986a, p. 28-9).

gerado na sua produção⁶.

O que interessa para cada capitalista individual é a taxa de lucro que ele pode obter sobre a soma global de capital aplicada na produção de determinada mercadoria. A diferença que importa ao capitalista na formação do preço de custo é aquela entre capital fixo e capital circulante.

O capital fixo refere-se à parte do valor-capital adiantado que está fixada em determinada forma pela sua função de meios de trabalho no processo produtivo. Trata-se, por exemplo, dos edifícios, máquinas etc. É a parte fixada do capital constante, a qual cede seu valor ao produto na proporção em que perde seu valor de uso e seu valor de troca. Os meios de trabalho nunca abandonam a esfera de produção depois de nela terem entrado, apenas seu valor é cedido parcialmente de acordo com uso⁷. Essa parte fixada do valor-capital também circula, mas apenas na sua forma valor, de modo gradual e fracionário, na medida em que passa dele ao produto que circula como mercadoria, mas sua forma útil não circula.

Outra parte dos meios de produção, as matérias auxiliares que são consumidas pelos próprios meios de trabalho durante seu funcionamento, como combustível, fluídos lubrificantes etc., também não entram materialmente no produto, mas apenas seu valor entra no valor-produto. Por essa razão, também são capital fixo.

O que determina que parte do valor-capital gasto em meios de produção tenha caráter de capital fixo é exclusivamente o modo peculiar pelo qual circula esse valor. Esse modo próprio de circulação decorre do modo próprio pelo qual o meio de trabalho cede seu valor ao produto ou se comporta como formador de valor durante o processo de produção. Esse modo, por sua vez, se origina da espécie particular da função dos meios de trabalho no processo de trabalho (MARX, 1985a, p. 119).

Essa relação orgânica entre modo de circulação do valor e função no processo produtivo diferencia o capital fixo do capital circulante ou fluido. A forma do capital fixo exige uma fixação de capital que garanta o adequado funcionamento e reprodução de um dado processo de produção. Os elementos do capital produtivo gastos em força de trabalho e meios de produção, especialmente matérias primas, que não constituem capital fixo, são capital circulante. O que importa nessa distinção é que os elementos fixos do capital compreendem

⁶ “Entre o valor da mercadoria e seu preço de custo é, evidentemente, possível uma série indeterminada de preços de venda. Quanto maior o elemento do valor-mercadoria consistente em mais-valia, tanto maior a margem prática de jogo desses preços intermediários”. (MARX, 1986a, p. 30)

⁷ “Com o funcionamento e, portanto, com o desgaste do meio de trabalho transfere-se parte de seu valor ao produto, e parte fica fixada no meio de trabalho e, por conseguinte, no processo de produção. O valor assim fixado diminui continuamente, até o meio de trabalho ter-se depreciado e, portanto, seu valor ter-se repartido também, em período mais curto ou mais longo, por uma massa de produtos provinda de uma série de processos de trabalho constantemente repetidos”. (MARX, 1985a, p. 117).

várias rotações dos elementos fluidos do capital.

Um componente do valor do capital produtivo adquire o caráter formal de capital fixo apenas à medida que o meio de produção, em que existe, não se desgasta no espaço de tempo em que o produto é aprontado e expelido do processo de produção como mercadoria. Parte de seu valor tem de permanecer vinculada a sua antiga forma útil que perdura, enquanto outra é circulada através do produto acabado, cuja circulação, entretanto, movimenta ao mesmo tempo todo o valor dos elementos fluidos do capital. (MARX, 1985a, p. 123).

É essa a distinção que importa para o capitalista, a diferença nos prazos de retorno e a necessidade de dinheiro para manutenção dos ciclos e das rotações do seu capital. Que seja capital constante ou capital variável não faz diferença alguma para sua necessidade de crédito ou de investimento. Daí que é sobre a taxa global do capital aplicado que é calculada a taxa de lucro, como se ela fosse originada pelos diferentes fatores de modo igual, de acordo com a sua combinação coordenada pelo capitalista. A necessidade do capital a ser reinvestido em cada novo ciclo e a necessidade do fundo de amortização⁸ para a reposição do capital fixo no longo prazo são os elementos que determinam a consciência do capitalista sobre suas necessidades monetárias.

Essa diferença entre capital fixo e capital circulante em relação ao cálculo do preço de custo só comprova, portanto, o surgimento aparente do preço de custo a partir do valor-capital despendido ou do preço que os elementos de produção despendidos, inclusive o trabalho, custam ao próprio capitalista. Por outro lado, a parte variável de capital, desembolsada em força de trabalho, é identificada aqui expressamente com referência à formação do valor e sob a rubrica de capital circulante, com o capital constante (a parte consistente em materiais de produção), consumando-se assim a mistificação do processo de valorização do capital (MARX, 1986a, pp. 27-8).

O preço de custo é assim a base sobre a qual é calculado o lucro, o valor-mercadoria passa a ser o preço de custo mais um excedente. Vai ser um acréscimo a partir do capital global aplicado no processo de produção, que se origina do próprio capital. Embora a fonte do lucro seja o mais-valor, a exploração do trabalho vivo, na vida cotidiana capitalista a taxa de exploração, ou taxa de mais-valor, não vai aparecer como a mais importante, mas sim, a taxa

⁸ O fundo de amortização, com o desenvolvimento do sistema de crédito, também funciona como capital: “Mediante o fundo de amortização, em que, na medida do desgaste do capital fixo, o valor deste refluí a seu ponto de partida, parte do dinheiro circulante forma de novo tesouro- por tempo mais longo ou mais curto - nas mãos do mesmo capitalista, cujo tesouro, quando da compra do capital fixo, se transformara em meio de circulação e se afastara dele. E uma distribuição sempre mutante do tesouro existente na sociedade, que funciona alternadamente como meio de circulação e depois novamente é excluído da massa do dinheiro circulante como tesouro. Com o desenvolvimento do sistema de crédito, que marcha necessária e paralelamente ao desenvolvimento da grande indústria e da produção capitalista, esse dinheiro não funciona como tesouro, mas como capital, não nas mãos de seu proprietário, mas nas de outros capitalistas, à disposição dos quais é colocado”. (MARX, 1985a, p. 133).

de lucro, calculada a partir do capital global investido. Se a taxa de mais-valor é calculada pela fórmula m/v , a taxa de lucro vai ser dada pela fórmula $m/(c + v)$, ou m/C , com C sendo igual a $c + v$.

A taxa de lucro, embora diferente e dependente de outra variável, segue sendo dependente da taxa de mais-valor, assim, segue sendo dependente da produtividade do trabalho, da duração da jornada de trabalho, da intensidade do trabalho e do salário. A taxa de lucro é, em suma, determinada por dois fatores principais: a taxa de mais-valor e a composição de valor do capital. A composição de valor é a relação entre o capital constante e o capital variável que produzem a mercadoria. Assim, são diversos os fatores que irão afetar a taxa de lucro, além daqueles ligados diretamente à exploração direta da força de trabalho, como a economia no uso de meios de produção, as variações de preços dos insumos etc.

Se o que importa na acumulação capitalista é a maximização dos resultados, a busca pela maior taxa de lucro possível, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a conseqüente maior mobilidade do capital por mecanismos cada vez mais facilitados pelos meios de transporte, comunicação e informação, há uma tendência que esses capitais, aplicados em diferentes esferas, com diferentes composições orgânicas e taxas de exploração, induzam a formação de uma taxa geral de lucro. As mercadorias raramente são vendidas pelos seus valores, mas sim pelos seus preços de produção. Esses preços de produção são calculados pela preço de custo adicionados pelo seu valor multiplicado pela taxa média de lucro. Embora as taxas de lucro nos diversos ramos produtivos seja originalmente diferentes, se considerado o lucro igual ao mais-valor produzido em cada esfera, essas igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas as diferentes taxas de lucro.

Embora, portanto, os capitalistas das diversas esferas da produção, ao vender suas mercadorias, recuperem os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias, não resgatam a mais-valia, nem portanto o lucro, produzida em sua própria esfera na produção dessas mercadorias, mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, quanto mais-valia global, ou lucro global, produzida em todas as esferas da produção em conjunto, em dado espaço de tempo, pelo capital social global, que cabe, como repartição igual, a cada parte alíquota do capital global. (...) Os diversos capitalistas figuram aqui, no que se refere ao lucro, como meros acionistas de uma sociedade anônima, em que as participações no lucro se distribuem uniformemente para cada 100, de modo que elas se distinguem, para os diversos capitalistas, apenas pela grandeza do capital que cada um investiu no empreendimento global, por sua participação proporcional no empreendimento global, pelo número de suas ações (MARX, 1986a, p. 124).

Os elementos que formam o preço de custo de cada capitalista são específicos, porém, a adição de lucro a esse preço de custo é independente da sua esfera particular de produção. A

taxa geral de lucro se torna o determinado que determina. Ela é determinada por dois fatores:

- 1) pela composição orgânica dos capitais das diversas esferas da produção, portanto pelas diferentes taxas de lucro das esferas individuais
- 2) pela distribuição do capital social global entre essas diversas esferas, portanto pela grandeza relativa do capital investido em cada esfera particular e, portanto, aplicado a uma taxa de lucro particular: isto é, pela parcela relativa da massa do capital social global que cada esfera particular da produção engole (MARX, 1986a, p. 127).

Do mesmo modo, os preços de produção em cada esfera são determinados pelo valor das mercadorias produzidas em cada esfera e pelas variações da taxa geral de lucro. A taxa de lucro é o grande regulador social dos investimentos capitalistas, a sua conformação e as condições de possibilidade de suas aferição e concretização são salutares para as decisões de investimento e entesouramento dos capitalistas. Assim, a partir desses elementos, autores como Roberts (2016) e Maito (2014) afirmam que a taxa de lucro está no centro das crises capitalistas, conforme veremos no terceiro capítulo.

1.4. Lei da queda tendencial da taxa de lucro

Um elemento emancipatório que o modo de produção capitalista traz em seu bojo é o desenvolvimento da produtividade do trabalho, o fato de que com o desenvolvimento das forças produtivas, mais produtos podem ser produzidos com menos trabalho e maior qualidade. Trata-se de estar posta a possibilidade de se libertar o homem da maldição advinda do pecado original, não mais do suor viverá o homem, mas do emprego cada vez mais sofisticado de instrumentos, técnicas e capacidades desenvolvidas para o controle cada vez mais amplo da natureza. Mas no capitalismo, a velha lei ainda impera, pois é somente do trabalho que se gera valor, que é o fim da produção capitalista, acumulação privada de riqueza socialmente produzida, o que é exatamente o oposto de um modo de produção desenvolvido para atender o bem-estar e às necessidades humanas em geral.

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos

para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. (MARX, 2011, p. 589).

Essa contradição em processo leva, pelo lado dos trabalhadores, a conviver constantemente com várias formas de insegurança e riscos de pauperização. A redução do tempo de trabalho a mínimos cada vez menores não leva à liberdade para a fruição do tempo livre em formas diversas de enriquecimento individual, “[...], na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento” (MARX, 2011, p. 590), pelo contrário, ela leva ao desemprego, ao arrocho salarial, à intensificação dos processos de trabalho, ao prolongamento da jornada de trabalho, à perda de direitos sociais, à pauperização e ao adoecimento. Assim, o desenvolvimento da maquinaria tem efeitos econômicos, sociais e políticos sobre os trabalhadores⁹.

O potencial emancipatório que o desenvolvimento das forças produtivas, acelerado pela lógica capitalista, só pode ser esclarecido e atingindo em uma sociedade em que a forma social do trabalho e de sua organização conduza à eliminação das classes sociais.

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parte do tempo conquistado para a livre atividade espiritual e social dos indivíduos, quanto mais eqüitativamente for distribuído o trabalho entre todos os membros capacitados da sociedade, e quanto menos uma camada social puder eximir-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, por esse lado, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, tempo livre é produzido para uma classe mediante a transformação de todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho (MARX, 1996b, p. 157).

No modo de produção capitalista, esse desenvolvimento leva ao desperdício de individualidades e de esforços, seja pela via do alijamento dos trabalhadores a atividades estranhadas ou da sua conscrição no exército industrial de reserva, seja pela cada vez maior destruição de mercadorias e degradação do meio ambiente. Dado o caráter anárquico do modo de produção capitalista, é a apenas pela troca que as mercadorias são validadas socialmente, a incerteza impera como fator não eliminável da produção capitalista, assim, vários produtos do trabalho humano são descartados e transformados em lixo ao lado de necessidades humanas não atendidas. Inovações tecnológicas só são lançadas quando convenientes à maior

⁹ “A maquinaria não atua, no entanto, apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar trabalhador assalariado “supérfluo”. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc., contra a autocracia do capital”. (MARX, 1996b, p. 66).

lucratividade possível, bem como produtos são lançados fadados pela obsolescência programada.

Esse desenvolvimento produtivo é expresso no decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante. Ou seja, do capital global posto em movimento, há um aumento da parte constante, fixa e circulante, em relação à parte variável, o capital aplicado em trabalho, força de trabalho. Se mantida a mesma taxa de mais-valor, ou seja, de exploração da força de trabalho, há uma tendência de queda da taxa de lucro ao longo do tempo, dado o crescimento da parte constante em relação à variável, dado que a taxa de lucro é dada pela fórmula $m/(c + v)$.

A esse crescente aumento do valor do capital constante corresponde um barateamento dos produtos produzidos, já que cada unidade produzida contém uma quantidade menor de trabalho cristalizado. Temos assim, que “a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (MARX, 1986a, p. 164). Essa é a parte que cabe aos capitalistas pelo pecado original.

Essa lei da queda tendencial da taxa de lucro é válida para o capital em geral, antes da decomposição do lucro em diferentes categorias autonomizadas entre si, trata-se, portanto, do mais-valor produzido globalmente, portanto, da proporção decrescente do mais-valor em relação ao capital global adiantado, independente de qualquer divisão que se faça dele em outras categorias, como juros ou renda da terra. A queda da taxa da taxa de lucro também não significa queda da massa de lucro, já que o processo de produção capitalista é essencialmente processo de acumulação. Nesse sentido, as mesmas leis capitalistas que conduzem a uma taxa decrescente de lucro, conduzem a uma massa absoluta crescente de lucro.

Esse avanço do desenvolvimento e da acumulação capitalista condiciona processos de produção em escalas cada vez maiores, correspondendo a adiantamentos cada vez maiores de capital, torna-se necessária uma quantidade cada vez maior de capital para empregar a mesma força de trabalho, e uma ainda maior para uma força de trabalho crescente. As mesmas causas que produzem uma queda tendencial da taxa geral de lucro são as que condicionam uma acumulação acelerada do capital, com o conseguinte crescimento da grandeza de lucro apropriada pelo capital.

Para o capitalista o retorno sobre o capital é o que importa, a taxa de lucro ou o ROI (retorno sobre o investimento) é que vai importar, e daí que ela é que vai ser determinante nos diversos processos e comportamentos, direcionados ou naturais, para a tendência de queda da taxa de trabalho.

A primeira causa contrariante é a elevação da exploração do trabalho, a qual se dá por duas formas básicas: prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho, o que corresponde aos processos de extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Diferentes métodos já foram utilizados e alguns proibidos por conta de conquistas das lutas dos trabalhadores. Por meio lutas sociais e sofrendo toda a sorte de perseguição e massacre, a classe trabalhadora conseguiu direitos importantes, em alguns lugares, como limitação da jornada de trabalho, direito a férias, repouso semanal remunerado, licenças-maternidade, seguros entre outros. Esses direitos e conquistas estão sempre em ameaça dada a necessidade de aumento da exploração do trabalho pelo capitalista como forma de contrariar a tendência de queda da taxa de lucro.

Do mesmo modo, a segunda causa contrariante tem por base a superexploração do trabalho, trata-se da compressão do salário abaixo de seu valor, da compressão do consumo do trabalhador para baixo do seu limite normal. Tal método teve especial adesão nos países de economia capitalista subordinadas a outras mais fortes, como o Brasil. Nesses países, o mais-valor gerado tem que dar conta de remunerar a classe capitalista local e ser remetido ao exterior, especialmente para o capital portador de juros das metrópoles. A fórmula encontrada para que a economia local dê conta dessa apropriação dual do mais-valor é a da superexploração da força de trabalho. Esse caráter da exploração brasileira condicionado pela sua inserção subordinada nos elos da cadeia imperialista origina graves consequências sociais, seja pelo caráter predatório da exploração, que tendo que atender a dois níveis de exploração, a interna e a estrangeira, deve gerar uma taxa de mais-valor para além do gerado no exterior, o que promove a superexploração da força de trabalho. Além de ser um processo extremamente excludente, dada a ingerência do capital financeiro estrangeiro e a concentração da propriedade no campo e na cidade. “As contradições do capitalismo, o seu funcionamento inorgânico e caótico, assumem nos países de economia colonial ou semicolonial, como o Brasil, um máximo de intensidade” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 281).

O terceiro modo de contrariar a tendência de queda da taxa geral de lucro é o barateamento dos elementos do capital constante. Uma vez que o capital constante cresce tecnicamente em relação ao capital variável, ou seja, mais meios de produção são controlados e utilizados por menos trabalhadores relativamente, isso não significa que sua relação de valor se altere na mesma proporção. Isso porque a própria produção dos elementos do capital constante tende a ser bateada, não sendo impossível que o capital constante cresça materialmente mantendo seu valor constante ou até decrescendo.

A superpopulação relativa também é uma causa contrariante à queda tendencial da taxa de lucro. Além do efeito compressor sobre os salários, o aumento da superpopulação relativa propicia a sua captura por setores que tomam por base essa superpopulação, como os ramos que produzem para o consumo de luxo, utilizando ainda uma proporção maior de trabalho vivo e com menor velocidade seguem a tendência geral dos outros ramos.

A quinta causa contrariante é o comércio exterior, na medida em que barateia os elementos do capital constante e os meios de subsistência em que o capital variável se converte, elevando a taxa de mais-valor e reduzindo o valor do capital constante. O comércio exterior permite a ampliação da escala de produção e do mercado consumidor.

O aumento do capital por ações é um fator contrariante também, na medida em que capitais investidos em grandes empresas produtivas, só proporcionam dividendos depois da dedução de todos os custos, comportando-se como capitais portadores de juros, portanto, não entrando no cálculo da taxa geral de lucro.

As seis causas contrariantes da tendência de queda da taxa geral de lucro também impactam sobre os trabalhadores, os quais, no modo de produção capitalista estão sujeitos aos movimentos da lei do mercado, dependendo suas subsistências do movimento geral do valor, do trabalho morto estranhado. A lei geral é reforçada pela tendência geral dos capitalistas de buscar o barateamento das mercadorias, buscando meios de produzir mais com menos, assim, barateando seus custos em relação aos seus concorrentes. Embora um superlucro possa ser apropriado por quem primeiro adquire determinada tecnologia, quando esta se generaliza, o rebaixamento dos preços de produção é imposto, e a pressão sobre a taxa geral de lucro se impõe. Com a necessidade de um capital cada vez maior para obter certa massa de lucros, a lei geral leva muitos capitalista à bancarrota e muitos a reter capital, o que são fatores que levam às crises. Uma saída à tendência de queda da taxa de lucro se dá pelo crédito, pela via do chamado capital fictício. O crédito, como todos os seus elementos, permite aos capitalistas produzirem com um capital alheio, mas também seus instrumentos podem ser manipulados e serem, para diferentes investidores individuais, o fator de seu lucro individual.

Capítulo 2: Crédito e Capitalismo

2.1. O dinheiro como capital e a necessidade de crédito.

O dinheiro, produto último da circulação de mercadorias, é a primeira forma de aparição do capital, processo que se repete cotidianamente na realidade capitalista. A diferença entre dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital tem seu primeiro aspecto na forma diferente de circulação. No ciclo M-D-M, a circulação simples de mercadorias, o objetivo é vender para comprar, a circulação serve a um objetivo final que está fora dela, “[...] à apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades” (MARX, 1996a, p. 272). Já a circulação do dinheiro como capital, D-M-D’, tem finalidade em si mesma, “[...] pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado” (p. 272). O dinheiro não apenas tem uma forma autônoma, mas passa a ser o objetivo das metamorfoses das mercadorias, ele se torna o ponto de partida e de chegada do movimento.

D’ é igual a $D + \Delta D$, ou seja, a soma inicial de dinheiro adiantado mais um incremento. Esse incremento é o mais-valor, e pela forma D-M-D’, “o valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1996a, p. 271). Esse movimento incessante é regido por fora pela produção de valor na esfera produtiva. O dinheiro como capital é o dinheiro adiantado para a produção, para a compra de insumos e força de trabalho, onde, por meio da transformação dos valores de uso, é produzido o mais-valor. Na sociedade capitalista, a produção material se torna meio para produção de valor. O processo de trabalho se torna processo de valorização.

Assim que se generaliza a produção mediante trabalho assalariado, a produção de mercadorias tem de ser a forma geral da produção. Sendo esta pressuposta como genérica, condiciona por sua vez uma divisão sempre crescente do trabalho social, isto é, uma especialização cada vez maior do produto, que é produzido como mercadoria por determinado capitalista, separação sempre maior de processos de produção complementares que assim se autonomizam [...]. (MARX, 1985e, p. 32).

O nexos social entre os produtores de mercadorias é realizado por meio da troca, na esfera da circulação. Na produção, seus trabalhos sociais são individuais e específicos. No caso da produção capitalista, além da separação dada pelos meios de produção, os capitalistas concorrem entre si e se especializam em diferentes ramos produtivos de acordo com as possibilidades concretas de produção e realização de valor. Há, assim, uma autonomização cada vez maior entre processos de produção capitalistas.

As condições materiais da produção de mercadorias se defrontam com ele [o capitalista] em extensão sempre maior como produtos de outros produtores de mercadorias, como mercadorias. Na mesma extensão, o capitalista precisa aparecer como capitalista monetário ou se amplia a escala em que seu capital deve funcionar como capital monetário. Por outro lado, as mesmas circunstâncias que produzem a condição básica da produção capitalista - a existência de uma classe de trabalhadores assalariados - requerem a passagem de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. À medida que esta se desenvolve, tem o efeito de decompor e de dissolver cada forma antiga de produção, a qual, orientada preferencialmente para o autoconsumo direto, só transforma o excedente do produto em mercadoria. (MARX, 1985e, p. 32).

Como resultado e necessidade, as condições de produção de mercadorias se defrontam cada vez mais ao capitalista como condições capitalistas de produção. Desse modo, é imposto a cada capitalista individual, de modo cada vez mais imperativo, a necessidade de adequação da sua produção e dos seus processos para a máxima geração de mais-valor, ou, como aparece a cada capitalista individual, ao direcionamento dos esforços de cada empreendimento para a máxima geração de lucros.

Ela faz da venda do produto o interesse principal, primeiro sem aparentemente atacar o próprio modo de produção, como foi, por exemplo, o primeiro efeito do comércio mundial capitalista sobre povos como os chineses, indianos, árabes etc. Mas, em segundo lugar, onde tenha fincado raízes, ela destrói todas as formas de produção mercantil que se baseiem seja no trabalho do próprio produtor, seja apenas na venda do produto excedente como mercadoria. Ela generaliza primeiro a produção de mercadorias e transforma depois gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista. (MARX, 1985e, p. 32).

A força de trabalho é uma mercadoria *sui generis* na produção capitalista de mercadorias, uma vez que tem a qualidade de ser uma fonte de valor. Assim, na sociedade capitalista, as condições postas por este modo de produção são as que separam os trabalhadores, os produtores diretos, da propriedade e controle dos meios de produção. Esses são confrontados pelos capitalistas, os quais compram sua força de trabalho e a aplicam no processo produtivo. Como o valor pago é, tendo em vista a lógica da troca de equivalentes, o correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da mercadoria força de trabalho, o objetivo do capitalista passa a ser a ampliação do tempo de trabalho não remunerado, aquele que responde ao tempo de trabalho que ultrapassa o necessário a pagar o salário do trabalhador. Em suma, é pela exploração da força de trabalho que o capitalista obtém seu mais-valor, é por ele que ele é capitalista.

O dinheiro, na produção capitalista, deixa de ser apenas expressão autônoma de uma soma de valor, ele se torna um valor que valoriza a si mesmo, que se multiplica. Por meio dessa transformação, o dinheiro capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada

quantidade de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valor. “Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital”. (MARX, 1986a, p. 255). O dinheiro se transforma em capital possível, meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, “[...] mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (MARX, 1986a, p. 255).

Enquanto mercadoria o dinheiro também é crédito. O que é vendido, o seu valor de uso, é referido à sua capacidade de poder gerar lucro após um período de tempo¹⁰. O preço que é pago é o juro, o qual é pago com parte do lucro realizado com a ajuda do dinheiro conseguido a título de empréstimo. O dinheiro funciona, portanto, como capital portador de juros, cujo movimento é representado da seguinte forma: D-D-M-D'-D''.

O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia (MARX, 1986a, p. 258-9)

Portanto, a mesma soma de dinheiro é adiantada duas vezes, primeiro pelo possuidor do dinheiro como capital portador de juros, depois pelo capitalista prestatário, que pelo investimento no processo produtivo e exploração da força de trabalho, consegue extrair e se apropriar do mais-valor na forma de lucro, através do qual parte retorna ao primeiro capitalista como juros. “O capital emprestado reflui duplamente; no processo de reprodução retorna ao capitalista funcionante, e em seguida repete-se o retorno mais uma vez como transferência ao prestamista, o capital monetário, como reembolso ao verdadeiro proprietário, o ponto de partida jurídico” (MARX, 1986a, p. 259). A entrega do capital pelo capitalista prestamista ao prestatário ocorre sem o recebimento de um equivalente. “Sua entrega não constitui ato algum do processo real de circulação do capital, mas apenas encaminha esse ciclo, a ser realizado pelo capitalista industrial”. (MARX, 1986a, p. 260). Não ocorre metamorfose, nem compra, nem venda, não há cessão de propriedade ou intercâmbio. Essa

¹⁰ “O crédito introduz a noção de tempo [...]. As duas partes da relação de troca, uma se tornando o prestamista e a outra o mutuário, constituem uma específica relação *institucional* que é governada pelo contrato e pela lei” (BRUNHOFF, 2005, p. 211).

primeira transferência de capital *aparece* como uma transação jurídica, fora do processo real de circulação, assim como o reembolso aparece como uma segunda transação jurídica, que complementa a primeira;

[...] uma encaminha o processo real, a outra é um ato posterior a esse processo. Ponto de partida e ponto de retomo, entrega e restituição do capital emprestado, aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o próprio. Para este, seria indiferente se o capital pertencesse de antemão ao capitalista industrial e, por isso, simplesmente refluísse para ele como sua propriedade. (MARX, 1996a, p. 262).

Para o prestamista, o dinheiro se tornou capital apenas pelo ato de emprestar, uma vez que retorna com juros uma vez aplicado, assim, o retorno se expressa como consequente de um acordo jurídico entre prestamista e mutuário, não como o resultado de uma determinada série de atos econômicos. O prazo do refluxo, do retorno do capital ao primeiro capitalista, por exemplo, só pode retornar após o decurso do processo de reprodução do capital, entretanto, no caso do capital portador juros, ele *parece* depender do acordo jurídico entre prestamista e mutuário. Tudo que ocorre entre as duas transações jurídicas que encaminham e finalizam o ciclo do capital portador de juros é apagado, aparecem apenas os momentos de entrega e reembolso.

O empréstimo de dinheiro como capital - sua entrega sob a condição de ser restituído após certo tempo - tem portanto como pressuposto que o dinheiro seja realmente empregado como capital. que reflua realmente para seu ponto de partida. O verdadeiro movimento circulatório do dinheiro como capital é, portanto, pressuposto da transação jurídica, pelo qual o mutuário tem de devolver o dinheiro ao prestamista. Se o mutuário desembolsa o dinheiro como capital é problema dele. O prestamista o empresta como capital, e como tal tem de exercer as funções de capital, que implicam o ciclo do capital monetário até seu refluxo, em forma de dinheiro, para o ponto de partida. (MARX, 1996a, p. 263).

Embora seja o adiamento monetário como capital que induza o processo de reprodução capitalista, este é condicionado pelo processo real de produção e circulação que permite a efetiva geração de valor para ser restituído na forma de juros. Entretanto, para o prestamista, a figura do processo se resume a D-D', ao dinheiro que gera dinheiro aparentemente.

Diferente do que ocorre com as demais mercadorias, o capitalista mutuário não paga o preço da mercadoria capital portador de juros, mas paga juro, com parte do lucro advindo do emprego do capital emprestado no processo produtivo. Assim, o juro é regulado pelo lucro,

pela taxa geral de lucro¹¹, relacionando-se, portanto aos ciclos de repouso, animação crescente, prosperidade, superprodução, colapso, estagnação etc. da economia capitalista. As taxas de juros tendem a atingir níveis mais altos durante as crises, quando os agentes econômicos têm de tomar dinheiro emprestado para saldar dívidas a qualquer custo¹².

Mas há também a tendência a queda ou alta da taxa de juros totalmente independentes das flutuações da taxa de lucro, já que com o aumento dos portadores e do volume de capital portador de juros, a concorrência entre eles tende a flutuar as taxas de juros de maneira relativamente autônoma, já que são capitais (e, logo, mercadorias, uma vez empregados como capitais portadores de juros) constituídos antes do ciclo de produção e circulação.

Com o desenvolvimento do moderno sistema de crédito, a disponibilidade de capital para empréstimo, mediada pelos banqueiros, por parte dos industriais e dos comerciantes tende a aumentar, com a disponibilização cada vez mais crescente de poupanças monetárias de todas as classes da sociedade, e “[...] a concentração progressiva dessas poupanças em massas que podem atuar como capital monetário têm de pressionar também a taxa de juros” (MARX, 1996a, p. 271). Além disso, a taxa de juros depende da proporção em que se reparte o juro e o lucro do empresário, o que é determinado pela concorrência entre prestamistas e mutuários de capital¹³. Essa concorrência é influenciada pela taxa esperada de lucro bruto, pela proporção de empréstimos tomados para investimento produtivo e os que não o são, além da grandeza de todo capital que pode ser emprestado, que é independente da variação do lucro bruto.

A taxa de juros se relaciona com a taxa de lucro da mesma maneira que o preço de mercado da mercadoria com seu valor. Na medida em que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro, ela o é sempre pela taxa geral de lucro, e não pelas taxas específicas de lucro que possam imperar em ramos industriais particulares, e menos ainda pelo lucro extraordinário que o capitalista individual possa obter numa esfera particular de negócios. A taxa geral de lucro reaparece, portanto, realmente como fato dado, na taxa de juros, embora esta última não seja uma expressão pura ou fiel da primeira (MARX, 1986a, pp. 273-4).

¹¹ De acordo com Marx (1986a, p. 124-5), a taxa geral de lucro é dada pela média das diferentes taxas de lucro nos diferentes ramos da produção. A concorrência entre os capitais tende a igualar as taxas de juros em setores com diferentes composições orgânicas de capital, assim, “o lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio”.

¹² “Uma vez que a subida do juro corresponde uma queda de preço dos títulos, isso constitui ao mesmo tempo uma excelente oportunidade para pessoas com capital monetário disponível se apropriarem, a preços ridículos, desses papéis portadores de juros, que, no curso normal das coisas, necessariamente recuperarão seu preço médio, tão logo a taxa de juros volte a cair”. (MARX, 1986a, p. 271).

¹³ “[...] é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro; e é apenas a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros”. (MARX, 1986a, p. 277).

Não existe, portanto, uma taxa de juros natural ou uma relação natural entre a taxa de juros e a taxa geral de lucros, e Marx considera estéril qualquer tentativa de descobri-la. A divisão do lucro bruto em juro e lucro do empresário é inicialmente uma divisão puramente quantitativa do mesmo montante de dinheiro, a qual gera uma mudança qualitativa, na medida em que se refere a dois tipos de capitalistas diferentes, um que aplica seu dinheiro para obter lucro, o capitalista monetário, e o outro, que aplica o dinheiro que tomou emprestado produtivamente, o capitalista funcionante.

Diferente do capitalista funcionante, o capitalista monetário não atua diretamente no processo produtivo, assim, não entra em relação direta com o antagonismo entre capital e trabalho no processo produtivo. Não por acaso, “no capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos” (MARX, 1986a, p. 293). O capital aparece sem mediação dos processos de produção e circulação, o dinheiro aparece como fonte autocriadora do juro, de seu próprio incremento. Daí o fetiche do capital portador de juros, “a coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa” (p. 293). Se torna uma decisão individual do possuidor da mercadoria dinheiro o seu consumo ou aluguel.

Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da força de trabalho, o valor de uso do dinheiro torna-se aqui o de criar valor, valor maior que o contido nele mesmo. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras. E como tal coisa portadora de juros, o prestamista de dinheiro vende seu dinheiro. Mas isso não é tudo. O capital realmente funcionante se apresenta, conforme se viu, de tal modo que proporciona o juro não como capital funcionante, mas como capital em si, como capital monetário. (MARX, 1986a, p. 294).

Na forma capital portador de juros está confirmada a aparência de capital que gera capital, de dinheiro que gera dinheiro, de funcionar como uma tulpa, criada pela mera vontade do capitalista. A exploração da força de trabalho, fundamento da acumulação e reprodução capitalista desaparece quando não se explicita que o juro é apenas parte do lucro, extraído e apropriado pelo capitalista funcionante. Na forma $D-D'$ tem-se a forma irracional do capital, “[...] a mistificação do capital em sua forma mais crua” (MARX, 1986a, p. 294). Na forma de

dinheiro, enquanto capital monetário, parece ser propriedade do dinheiro gerar dinheiro¹⁴. Esse fetiche só é possível pela forma dinheiro ser a forma possível de apresentação e existência do valor, a forma como o valor existe enquanto valor de troca autônomo.

O capitalista individual pode escolher ser rentista ou funcionante, entretanto, essa não é uma escolha possível para toda a classe de capitalista, já que sem valorização do capital no processo produtivo, sem exploração do trabalho e extração de mais-valor, não há capital a pagar juros. Do mesmo modo, um indivíduo pode encontrar maior conforto financeiro seguindo os manuais de “educação financeira” ou de auto-ajuda para os bolsos, por meio do conhecimento e desfrute da “magia dos juros compostos”, esta, entretanto, não pode ser uma escolha de toda a sociedade. Por outro lado, a crítica às mazelas capitalistas também fica turvada pela forma mais alienada e fetichizada do capital, na medida em que as críticas ao modo de produção capitalista passam a se centrar no caráter “exploratório” dos juros e a dignificar o capital produtivo.

2.2. *Crédito no capitalismo*

A função de meio de pagamento do dinheiro como dinheiro é ampliada no dinheiro como capital, na medida em que a base do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada. Esse sistema tem como instituições mediadoras fundamentais os bancos e os mercados de capitais. Os bancos intermedeiam transações de crédito, recebendo depósitos e emprestando dinheiro. Com a taxa que empresta geralmente maior do que a que paga pelos valores depositados, o lucro bancário é deduzido dessa diferença. Mas não é apenas essa posição passiva que exercem os bancos, estes também “criam” dinheiro, dinheiro de crédito. (BRUNHOFF, 1978b, 1978c).

De maneira simples, podemos pensar no dinheiro de crédito a partir de uma nota promissória, uma pessoa A empresta uma determinada quantidade de dinheiro, R\$ 500,00, a

¹⁴ “No capital portador de juros está, no entanto, consumada a concepção do fetiche-capital, a concepção que atribui ao produto acumulado do trabalho, e ainda fixado na forma de dinheiro, o poder de produzir, em virtude de uma qualidade inata e secreta, como um puro autômato, em progressão geométrica, mais-valia, de modo que esse produto acumulado do trabalho, conforme pensa o Economist, já há muito tempo descontou toda a riqueza do mundo, para todo o sempre, como algo que lhe pertence e lhe cabe de direito. O produto do trabalho passado, o próprio trabalho passado, em si e para si está prenhe de uma porção de mais-trabalho vivo, presente ou futuro. Sabe-se, entretanto, que na realidade a conservação, e nessa medida a reprodução do valor dos produtos de trabalho passado, é apenas o resultado de seu contato com o trabalho vivo; e segundo: que o comando dos produtos de trabalho passado sobre o mais-trabalho vivo dura exatamente apenas enquanto durar a relação-capital. a relação social determinada em que o trabalho passado confronta de maneira autônoma e avassaladora o trabalho vivo” (MARX, 1986a, p. 299).

outra pessoa B, e recebe como garantia uma promessa de pagamento no valor de R\$ 500,00. Se a pessoa B utiliza essa nota como pagamento por uma mercadoria a uma terceira pessoa C, temos, portanto, que R\$ 500,00 foram colocados a mais na circulação, enquanto dinheiro de crédito. Com a quitação da dívida, a nota promissória desaparece da circulação. Com o cartão de crédito acontece algo semelhante, à diferença que agora é o banco quem garante ao vendedor de mercadorias o seu pagamento. O vendedor não recebe o dinheiro do portador do cartão de crédito, mas do banco.

A moeda-crédito surge partir de todo e qualquer depósito bancário, se R\$ 500,00 são depositados num banco, este tem R\$ 500,00 em suas reservas, ao mesmo tempo em que o depositante tem R\$ 500,00 disponíveis em sua conta. Esse depositante pode comprar essa mercadoria com esse saldo, seja via cartão de débito ou cheque, e o dinheiro de crédito é suficiente para transacionar os valores, apenas se houver o saque desse valor esse dinheiro deixa de ser crédito. Os bancos podem, no entanto, emprestar mais do que os valores depositados, apenas um percentual do depósito deve ser mantido em suas reservas. Além disso, como a maioria dos pagamentos e transações são realizados via crédito, com transferências entre contas bancárias, apenas uma pequena fração de dinheiro é suficiente para os bancos manterem em mãos.

Os bancos também podem conseguir empréstimos junto aos bancos centrais, os quais, na maior parte do mundo, são as instituições responsáveis pela impressão de dinheiro. Como não há mais a vinculação do dinheiro a uma mercadoria dinheiro, como o era no caso do ouro, ou indiretamente durante a vigência do acordo de Bretton Woods, não há nenhum limite formal a criação de dinheiro pelos bancos centrais.

As relações de crédito também ocorrem diretamente pelo mercado de capitais, especialmente empresas de grande porte e estados, os quais adquirem dinheiro diretamente dos capitalistas monetários e prometem, em retorno, o pagamento de acordo com uma taxa anualmente fixada. Em retorno, os prestamistas, recebem títulos ou obrigações com condições estipuladas de retorno, as quais podem constar de pagamentos periódicos de juros até a amortização total do valor emprestado.

Além das obrigações e títulos, outra forma das empresas conseguirem dinheiro no mercado de capitais é por meio da emissão de ações. Por meio das ações, o seu portador se torna proprietário de uma fração da empresa, e a depender do tipo de ação, pode ter direito a participar de deliberações e da divisão do lucro. Nas ações não há garantia jurídica ou econômica de retorno, o preço da ação e o pagamento ou não de dividendos dependerão do curso dos negócios. Debêntures, obrigações e ações são vendidas no mercado de capitais.

Esses instrumentos têm preço mas não têm valor, são, antes, apenas direito ou expectativa de direito a uma parte do valor, no caso, na forma de juros ou dividendos. Daí, mais uma vez, opera o fetichismo que conforma a forma dinheiro e a forma preço, uma vez que na vida cotidiano valor e preço são confundidos ou indistintos entre si, e o preço de mercado de uma ação ou de um título conta como seu “valor”. (BRUNHOFF, 1978c).

No caso dos títulos e obrigações com taxas fixas de juros, o seu preço vai depender da variação da taxa de juros no mercado, assim, no caso de uma tendência de queda da taxa de juros, o preço de um título que paga uma taxa superior à nova taxa tenderá a aumentar para além do seu preço nominal. Também opera nesse processo a expectativa de queda ou aumento da taxa de juros média. Ocorre algo semelhante com as ações, cuja volatilidade de seus preços é uma característica marcante. Os preços das ações são determinados pelas expectativas de lucros, aumentando-se, caso essas apontem para lucros maiores no futuro e diminuindo no caso contrário.

A circulação de obrigações e ações conforma um ato de duplicação semelhante ao crédito. Num primeiro momento, o capital investidores injetam dinheiro na empresa no momento de oferta pública inicial, o qual é utilizado pela empresa de acordo com sua finalidade, trata-se de capital real¹⁵. Por outro lado, o direito que a obrigação ou ação representa, sobre juros ou dividendos, continua a ser negociado e a circular de acordo com preços de mercado variáveis. Marx chama esses “papéis” de *capital fictício*. Pois ao contrário de serem capital real, trata-se de mero título de propriedade sobre o mais-valor a ser esperado do capital acionário.

O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, não apenas dos títulos da dívida pública, mas também das ações, confirma a aparência, como se eles constituíssem, capital ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente dêem título. E que se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação peculiares. Seu valor de mercado obtém uma determinação diferente de seu valor nominal, sem que o valor ainda que a valorização do capital real se altere [...]. O valor do mercado desses papéis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação. (MARX, 1986b, p. 12).

Assim, portanto, a desvalorização ou valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real que representam. O capital real investido é apenas uma vez aplicado, durante a aquisição da ação. No caso dos títulos pré-fixados e das ações, seu

¹⁵ “As ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam capital real, a saber, o capital investido e que funciona nessas empresas, ou a soma de dinheiro que é adiantada pelos sócios para ser despendida em tais empresas como capital” (MARX, 1986b, p. 11).

valor não depende do quanto foi investido inicialmente, mas das expectativas relativas à taxa de juros e à taxa de lucro. O valor desses papéis, portanto, flutua de acordo com as expectativas, as quais ganham personalização fetichizada na figura do humor do mercado¹⁶. Além disso, como há títulos vinculados a esses papéis, e derivativos criados sobre eles, como as opções de ações, cada variação gera um sequência de variações, e, assim, diariamente, durante os pregões nas bolsas de valores, imensos montantes de dinheiro são “criados” e “destruídos”.

Todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam. Em todos os países de produção capitalista existe uma massa enorme do assim chamado capital portador de juros ou *moneyed capital* nessa forma. E por acumulação do capital monetário em grande parte deve ser entendido apenas a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação do preço de mercado, do valor-capital ilusório desses direitos. (MARX, 1986b, p. 13).

Esses títulos de dívidas, onde somam-se os títulos da dívida pública, e as ações, constituem boa parte do capital bancário, donde que boa parte do capital bancário é, portanto, completamente fictício, regulado a se desviar do calor do capital real que representam. Esse capital é registrado contabilmente de acordo com seus valores monetários de mercado, portanto, de acordo com preços baseados em expectativas. Os valores contábeis nos ativos bancários se distanciam cada vez mais dos depósitos originalmente realizados em seus balcões.

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse capital monetário é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuado o fundo de reservas, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito. A medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois de estes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos. (MARX, 1986b, p. 14).

No cotidiano capitalista, portanto, uma mesma peça de dinheiro pode efetuar diferentes compras e servir igualmente para realizar diferentes empréstimos. O sistema de

¹⁶ “Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade, bem como sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc., torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Essa espécie de riqueza monetária imaginária não apenas constitui uma parte muito considerável da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros” (MARX, 1986b, p. 20).

crédito distorce as relações de troca de equivalentes na medida em que certificados de dívidas e direitos sobre o capital originalmente emprestado e já despendido funcionam como “[...] capital para seus proprietários na medida em que são mercadorias vendáveis e, por isso, podem ser retransformados em capital” (MARX, 1986b, p. 20). Em outros termos:

Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas etc. são, de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto, não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direitos a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel do capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital real existe a seu lado e não muda ao todo de mãos pelo fato de essas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais. (MARX, 1986b, p. 20).

Por essa razão, por serem duplicatas negociáveis como mercadorias, esses instrumentos financeiros circulam valores-capitais, sendo formas ilusórias, fictícias do capital que originalmente representaram, seus preços podem cair e subir de modo independente do movimento do valor do capital real, sobre o qual são títulos.

O montante de seu valor, isto é, sua cotação na Bolsa, tem necessariamente a tendência a subir com a queda da taxa de juros, na medida em que esta, independentemente dos movimentos peculiares do capital monetário, é simples consequência da queda tendencial da taxa de lucro; de modo que, essa riqueza imaginária, de acordo com a expressão de valor de cada uma de suas partes alíquotas de determinado valor nominal original, só por essa razão se expande com o desenvolvimento da produção capitalista. (MARX, 1986b, p. 20).

Assim, as flutuações de preços das ações e títulos tornam-se mais e mais produtos de processos especulativos, uma forma de riqueza monetária imaginária se constitui como a maior parte da riqueza monetária de particulares e banqueiros. Essa forma de capital é, ao mesmo tempo, fundamental para o movimento do capital industrial. Por um lado, da circulação de capital emergem fundos que consistem em capital ocioso, que não podem ser imediatamente empregados como capital. Assim, enquanto não são utilizados como capital produtivo, esses são utilizados como capital portador de juros. Do mesmo modo, a circulação de capital industrial não pode aguardar a acumulação de fundos e, assim, demanda crédito. A expansão capitalista, embora gere capital ocioso sempre, que podem ser acumulados enquanto

reserva, aumenta a demanda de crédito de outro lado, assim, o crescimento do capital social total sempre demanda crescentemente crédito¹⁷.

O sistema de crédito desenvolvido permite o capitalista individual renunciar à acumulação de reservas e emprestar seu capital ocioso, o que amplia as possibilidades de acumulação monetária para além dos lucros. Do mesmo modo, o crédito pode ser ferramenta para aplicação e ampliação do montante de lucro de uma empresa, e técnicas de administração financeira permitem que a empresa possa se ater cada vez mais ao seu objetivo precípua de acumulação. A existência do sistema de crédito permite não apenas a acumulação individual de capital, mas que todo o capital social acumule mais que os lucros do período anterior, assim, “[...] o sistema de crédito constitui uma instância reguladora estrutural da economia capitalista”. (HEINRICH, 2012, p. 167). Como os capitalistas tendem a investir o maior montante de capital possível nas esferas onde maiores taxas de lucros são esperadas, a velocidade do movimento de capitais por diferentes esferas depende do sistema de crédito, dos bancos e mercado de capitais, que garantem a flexibilidade ao processo de acumulação.

O desenvolvimento do sistema de crédito e a enorme concentração do negócio de empréstimos monetários nas mãos de grandes bancos já tem em si e para si de acelerar, portanto, a acumulação do capital emprestável, como forma distinta da acumulação real. Esse desenvolvimento rápido do capital de empréstimo é, portanto, um resultado da acumulação real, pois é a consequência do desenvolvimento do processo de reprodução, e o lucro, que constitui a fonte da acumulação desses capitalistas monetários, é apenas uma dedução da mais-valia extraída pelos reprodutivos (ao mesmo tempo, apropriação de parte do juro de poupanças alheias) (MARX, 1986b, p. 39).

Não há, portanto, uma oposição absoluta entre o chamado capital produtivo real e o chamado capital especulativo que flutua nas bolsa de valores, de fato, dado o caráter mercantil da economia capitalista, qual seja, o isolamento dos produtores e a validação social do produto do seu trabalho na troca, todo ato e decisão de produzir ou investir envolve certa especulação, mesmo que cercado das maiores preocupações e de todos os planos de negócio possíveis. A garantia do sistema de crédito e da moeda que sustenta essas relações que se descolam e se colam na produção capitalista é realizada por meio de diversas instituições nacionais em cada país; instituições regionais, blocos, organizações, bancos internacionais e

¹⁷ “Se a redução do período de trabalho está ligada geralmente à ampliação do capital adiantado por um tempo mais curto, de modo que à medida que o tempo de adiantamento se abrevia, a massa em que o capital é adiantado aumenta, é preciso recordar aqui que, abstraindo a massa existente do capital social, o decisivo é o grau em que os meios de produção e de subsistência, respectivamente a disposição sobre eles, estão dispersos ou reunidos nas mãos de capitalistas individuais, portanto que volume a concentração dos capitais já alcançou. À medida que o crédito medeia, acelera e eleva a concentração de capital em uma mão, ele contribui para abreviar o período de trabalho e, com isso, o tempo de rotação”. (MARX, 1985e, p. 175).

acordos bilaterais e multilaterais. Embora a existência do dinheiro não advinha do poder e decisão estatal, mas da necessidade posta pela economia mercantil e o desenvolvimento da forma equivalente geral/forma dinheiro, nas condições capitalistas contemporâneas em geral, os Estados garantem o valor da forma concreta de manifestação do dinheiro, a moeda, por meio de suas instituições reguladoras, como os bancos centrais.

O capital fictício do século XXI, especialmente após fim do acordo de Bretton Woods, não é exatamente o mesmo que o do século XIX, período em que Marx o estudou. As formas que Marx demonstrou podem ser sumarizadas como títulos de propriedade sobre rendimentos, como ações e títulos de dívida. Ao longo do século XX e XXI novas formas de títulos se desenvolveram a partir dessas formas primárias do capital fictício, como opções, securitizações de dívidas e muitos outros derivativos decorrentes da liberalização financeira pós-1970. Entretanto, esses capitais que não são capitais, também cabem perfeitamente na definição de capital fictício, tratam-se de títulos que não representam o valor realizado de uma mercadoria, mas apenas expectativas e possibilidades que estão cada vez mais autonomizadas de sua base real. Para termos uma ideia, o valor do Produto Mundial Bruto (PMB)¹⁸ ao final de 2016, segundo o Banco Mundial, era de 75,544 trilhões de dólares¹⁹. Em junho de 2017, segundo relatório estatístico do Bank for International Settlements (BIS), o valor nocional dos derivativos negociados em balcão circulando ao final de junho de 2017 era de 542 trilhões de dólares²⁰. Temos, portanto, uma proporção 7,17 vezes maior em termos de valores de capital fictício em relação ao PMB. Essa razão e descolamento do capital fictício em relação ao capital real pode transformar o crédito em combustível e comburente com poder de potencializar a dimensão de uma eventual crise.

Assim, temos que o sistema de crédito é elementar para a reprodução capitalista e sua expansão. Entretanto, este está sempre sujeito a crises, as quais periodicamente tendem a corrigir os excessos especulativos. Na ocorrência das crises, com as quebras e falências, há uma destruição de riquezas reais, com alto custo social associado, que ocorre para que seja restaurado e preservado o papel do dinheiro como a única forma geral válida para representar a riqueza social. A manutenção da confiabilidade do sistema financeiro foi utilizada como justificativa para a massiva intervenção estatal no resgate de grandes bancos e instituições financeiras em apuros com o derretimento de seus ativos fictícios.

¹⁸ Soma da totalidade dos Produtos Nacionais Brutos de todos os países do mundo.

¹⁹ Informação disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>> Acesso em: 15/10/2017.

²⁰ Informação disponível em: <https://www.bis.org/publ/otc_hy1711.pdf> Acesso em: 15/10/2017.

De acordo com Behring (2017), essa tendência de direcionamento do fundo público para o capital portador de juros é reveladora de sua hegemonia, a qual também se exercita por meio do endividamento público e o direcionamento de fatias cada vez mais representativas do fundo público para o rentismo. De acordo com Salvador (2012, p. 126), “o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetárias e fiscal, assim como pelo orçamento público”. De acordo com o autor, o fundo público está presente na reprodução do capital, como fonte importante para realização de investimentos por meio de subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais entre outros mecanismos. Além disso, viabiliza a reprodução da força de trabalho por meio de salários indiretos, investe gastos em meios de transporte e infraestrutura, pesquisa e investigação científica, formação profissional e é responsável pela transferência de recursos para o capital financeiro, especialmente na forma de juros e amortização da dívida pública.

Conforme explica Behring (2017), o fundo público é formado a partir da tributação das rendas advindas da repartição do mais-valor – juros, lucros e renda da terra – e, também, do trabalho necessário, por meio do imposto de renda sobre o salário e a tributação indireta sobre o consumo. Assim, “[...] não necessariamente a existência de salários indiretos na forma das políticas sociais, com seus benefícios e serviços, tem impactos redistributivos, pois há que considerar que a força de trabalho paga a conta efetivamente: produzindo mais-valia e sofrendo a “exploração tributária” (BEHRING, 2017, p. 12). Nesse sentido, compreende a autora que o sistema da dívida pública é um mecanismo de “[...] é um mecanismo de punção de recursos dos(as) trabalhadores(as) e pequenos(as) produtores(as) para o grande capital, especialmente o capital portador de juros, o grande beneficiário, por meio de suas diversas instituições e da sua relação com os capitalistas funcionantes e Estados” (BEHRING, 2017, p. 13). A dívida pública é, portanto, um elemento que vai além da dominação de nações no quadro da divisão internacional do trabalho, mas também é um mecanismo de dominação de classe. O papel cada vez mais relevante do capital portador de juros na regulação da acumulação capitalista é demonstrado pela dimensão monetária que toma a dívida pública na contemporaneidade.

[...] a dívida externa dos países ditos “em desenvolvimento” alcançava em 2012 cerca de US\$ 4,830 trilhões, sendo US\$ 3,406 trilhões de longo prazo (acima de um ano), US\$ 1,278 trilhão de curto prazo e US\$ 146 bilhões sob a guarda do FMI. Da parte da dívida de longo prazo, US\$ 1,766 trilhão são dívida pública. Do conjunto da dívida externa pública e privada dos países em desenvolvimento, cabe à América Latina US\$ 1,258 trilhão. Quanto ao estoque da dívida externa pública total dos

países em desenvolvimento – US\$ 1,766 trilhão –, 50% dos credores são públicos, o que significa que as dívidas foram contraídas em acordos multilaterais ou bilaterais com outros estados; e 50% com instituições privadas por meio dos mercados financeiros (41%), diga-se, da compra e venda de títulos da dívida externa pública e de créditos bancários e outros (9%). (BEHRING, 2017, pp. 13-4).

Com cifras tão extraordinárias, não é difícil perceber porque a sustentação da confiabilidade e da segurança da moeda e do sistema de crédito são essenciais para a sobrevivência do capitalismo contemporâneo. O capital portador de juros e sua dimensão fictícia, como o são os títulos públicos segundo Marx (1986a), tomou um lugar central na dinâmica do capital. A dívida pública se tornou um mecanismo essencial para a aferição de renda continuada do capital.

No Brasil, até 31 de dezembro de 2015, segundo dados disponibilizados pela organização Auditoria Cidadã da Dívida, a dívida interna chegou ao patamar de R\$ 3,936 trilhões, e a dívida externa, a US\$ 545 bilhões. Os juros, encargos, amortizações e refinanciamento da dívida chegaram, em 2015, a 42% do Orçamento Geral da União, ou seja, R\$ 962 bilhões, R\$ 2,63 bilhões por dia. (BEHRING, 2017, p. 15).

Com o comprometimento de parte tão relevante do orçamento público com o rolamento da dívida pública, as políticas sociais e de investimento ficam prejudicadas, uma vez que tudo tem que ser feito para que não haja tropeços no pagamento do que se deve ao rentismo financeiro. Brettas (2017) destaca três formas de assegurar essa drenagem de recursos públicos para o pagamento da dívida no Brasil: as metas de superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU). A política de metas de superávit primário começou em 1999, a partir da força que ganhou em um acordo feito pelo governo Fernando Henrique Cardoso com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “A realização do superávit primário significa produzir uma poupança primária no orçamento para dar garantia aos credores da dívida de que o país possui condições de arcar com o pagamento dos juros” (BRETTAS, 2017, p. 27). Portanto, ele é calculado excluindo as despesas financeiras, o pagamento do serviço da dívida não entra no cálculo do superávit primário. Trata-se de um aceno amistoso do governo para o capital portador de juros, um gesto de simpatia que tem um alto custo social envolvido, pois significa que o governo deixa de aplicar recursos em políticas públicas para mostrar capacidade de pagamento.

A DRU, que recebeu esse nome no ano de 2000, tem sua origem no Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994. Esse mecanismo foi criado para permitir a desvinculação de recursos de contribuições sociais que têm vinculação constitucional e assim permitir sua aplicação para outros fins. De acordo com Brettas (2017, p. 29), “[...] o FSE foi

recorrentemente utilizado com os mais variados objetivos, principalmente, o de atingir o chamado equilíbrio fiscal, definido na perspectiva do superávit primário”. O objetivo propagado seria o de substituir a suposta rigidez das contas públicas. Numa perspectiva liberal, o FSE e a DRU são representantes do “princípio da não afetação de receitas”, que, de acordo com Giacomoni (2017, p. 74) “[...] é uma imposição de bom senso, pois qualquer administrador prefere dispor de recursos não comprometidos para atender às despesas conforme às necessidades”. Mas como demonstra Brettas (2017), não dá para se falar em “bom senso” quando se analisa o orçamento público, que longe de buscar o bem comum, é crivado pelas lutas de classes. Assim, por meio do mecanismo da DRU, recursos do orçamento da seguridade social podem ser direcionados para o orçamento fiscal, o que significa possibilitar o repasse de recursos que financiariam políticas sociais e o pagamento de benefícios e auxílios conquistados duramente para o pagamento do serviço da dívida pública. De acordo com a Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, o limite da DRU que era de 20% foi ampliado para 30% da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, ampliada a sua duração até 31 de dezembro de 2023. Além disso, a EC nº 93 também passou a prever a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em resumo, podemos dizer que a DRU foi criada para contribuir na promoção do “equilíbrio fiscal”, ainda que o caminho encontrado para isso seja o de retirar recursos que deveriam ser utilizados para as políticas sociais. Sendo assim, essa ferramenta da hegemonia rentista fere não apenas as definições constitucionais, mas também as definições orçamentárias aprovadas no Legislativo, sem falar que desconsidera as lutas e pressões empreendidas pela classe trabalhadora pela ampliação no acesso a direitos e melhoria da qualidade dos serviços prestados. (BRETTAS, 2017, p. 30).

Além das metas de superávit primário e da DRU, Brettas (2017) também destaca a LRF como mecanismo que representa a aferição dos interesses do capital portador de juros no orçamento público brasileiro. “A lei foi definida por meio da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, mesmo ano da DRU, e reforça a ideia de que a política fiscal é que deve avalizar o espaço de valorização do capital portador de juros” (BRETTAS, 2017, p. 30). A LRF colocou a obrigatoriedade do estabelecimento das metas de superávit primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Brettas (2017) destaca o caráter problemático do artigo 9º da lei.

Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias

subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (BRASIL, 2000).

Assim, um recurso que havia sido definido para uma dotação orçamentária deixa de ser utilizado para o cumprimento da meta fiscal, trata-se deixar de prestar um serviço ou realizar alguma intervenção para garantir o superávit primário. Ainda define a lei no § 2º do art. 9º que “não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, *inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida*, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias” (BRASIL, 2000 – destaque nosso). Qualquer corte não pode comprometer a remuneração do capital portador de juros. “Ou seja, a interrupção de uma despesa para utilização desses recursos no pagamento de juros da dívida não precisa passar pelo Legislativo, mas se for para expandir ou melhorar um serviço público, a aprovação é requerida” (BRETTAS, 2017, p. 31).

Para Brettas (2017) a “responsabilidade” de que a LRF trata nada tem a ver com metas sociais ou garantias e direitos que promovam princípios constitucionais como os objetivos fundamentais, mas trata-se de submeter todos os demais gastos à garantia do superávit primário e do pagamento de juros da dívida. Para a autora, “[...] a efetivação dessa lei compromete as possibilidades de investimento e de ampliação das políticas sociais e dos serviços públicos de uma maneira geral, transferindo recursos que poderiam ser utilizados para tal fim no intuito de arcar com as obrigações financeiras” (BRETTAS, 2017, p. 32). Além desses mecanismos, Brettas (2017) destaca os esforços despendidos na promoção do ajuste fiscal, cujo foco é ampliar a margem para garantir a segurança do rentismo que abastece o capital portador de juros.

Especialmente desde 2015, o contingenciamento de recursos tem recebido destaque dado o volume que passaram a assumir com a intensificação da crise. A isto se somam pacotes de medidas que incluem a retirada de direitos como forma de reduzir as despesas do Estado. Alterações no pagamento do Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS), do abono salarial e de pensões, dentre outras, abrem o caminho para novas medidas, em fase de gestação, como mais uma contrarreforma na Previdência e a contrarreforma trabalhista, só para ficar nas mais discutidas (BRETTAS, 2017, p. 33).

A crise entra como mais um fator a justificar o ajuste fiscal e as chamadas medidas de austeridade²¹. Os cortes de gastos avançam sobre as políticas públicas e sobre os servidores

²¹ Para Behring (2017, p. 15), “utilizar o termo austeridade, como fazem praticamente 100% dos governantes, é na verdade uma grande ironia, pois a austeridade é para muitos, enquanto muito poucos vivem no luxo e no desperdício [...]”.

públicos, tendo por objetivo garantir o “equilíbrio fiscal” em um cenário recessivo²², o que, na prática, é garantir a segurança necessária ao capital portador de juros. Nesse quadro, é de se destacar a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a qual instituiu o “Novo Regime Fiscal (NRF)”, que dispõe os seguintes limites para as despesas primárias:

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária (BRASIL, 2017a).

Isso significa a constrição do orçamento pública a apenas uma única variável de crescimento, a da inflação calculada pelo IPCA, ou seja, qualquer outra variação no crescimento populacional e econômico é desconsiderada, bem como os pisos estabelecidos para gastos com saúde e educação. Para Brettas (2017), isso representa um salto de qualidade na hegemonia rentista, uma vez que agora o montante de recursos drenados para o capital portador juros será ampliado de forma substantiva.

Salvador (2017) avalia que o Novo Regime Fiscal ou o “teto de gastos” desmantela o financiamento das políticas sociais no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, citando por exemplo o estudo realizado por Paiva et al (2016), no qual é simulado o impacto do NRF para a política de assistência social no Brasil. De acordo com as autoras, o NRF atua na contramão da continuidade do enfrentamento dos níveis de desigualdade social. A consequência principal será a constrição das proteções assistenciais ao campo da garantia de renda operada pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Programa Bolsa Família (PBF). “[...] a restrição no financiamento será crescente, ano a ano, impondo, por conseguinte, o encolhimento da cobertura e a redução da efetividade da política de assistência social. Isto significa, de um lado, desproteger segmentos sociais antes protegidos e, por outro, dificultar novos acessos ao PBF e ao BPC” (PAIVA et al, 2016, p. 26). As perdas estimadas para a Assistência Social seriam de R\$ 6,5 bilhões já em 2017, uma redução proporcional de 8% do orçamento da Assistência Social projetado sem o NRF. Para o ano de 2036, último da

²² “A recessão econômica com o segundo ano consecutivo de queda no Produto Interno Bruto (PIB), decorrente da contração da demanda mundial, liderada pela desaceleração da economia chinesa e pela queda nos preços das principais commodities, entre outros fatores, juntamente com a crise política interna que demarca o fim da coalizão presidencial liderada pelo PT, corroboram para o acirramento da disputa do fundo público brasileiro” (SALVADOR, 2017, p. 69).

vigência do NRF, a perda seria de R\$ 93,7 bilhões, ou 54% do estimado sem o NRF. Assim, ao longo da vigência do NRF, as Paiva et al (2016) projetam que a política de assistência social será furtada em R\$ 868,5 bilhões.

É preciso compreender as bases da hegemonia política do capital portador de juros na contemporaneidade e como o sistema de crédito se tornou tão proeminente. Dentro da própria tradição marxista há diferentes interpretações para esse fenômeno e o seu sentido, conforme veremos no terceiro capítulo, sendo as crises e suas importantes para distinguir essas posições teóricas e as perspectivas que abrem sobre o futuro do capitalismo.

Capítulo 3: Crédito e Crises

3.1 – Crise e capitalismo.

Ao buscarmos a definição e o papel do crédito no modo de produção capitalista, constatamos que este é ao mesmo tempo elemento que mitiga e que também acentua as crises. O objetivo principal do uso do crédito pelo capitalista não é outro que não a maximização de lucros, o crédito permite a redução do tempo de circulação, a realização de investimentos no curto prazo, a manutenção do capital de giro etc. Todas essas e outras atividades voltam-se ao fim precípua de qualquer empreitada capitalista, obter lucro. Mesmo é o caso do capital fictício, a especulação com ações, títulos, derivativos etc. tem por fim a valorização do capital, a multiplicação de valor, que para o capitalista não importa se advém de investimento produtivo ou não.

O grande problema capitalista é que a fonte de valorização do capital, trabalho morto, é o seu oposto, ao qual ele sempre tem de subjugar, o trabalho vivo. É apenas a exploração do trabalho vivo por meio da compra da força de trabalho que gera valor novo, que pode ser fonte de mais-valor. A mercadoria fruto desse processo valorativo ainda tem de completar seu último salto, que é a venda, a realização do valor. É o circuito D-M-D' que sempre deve ser fechado para um funcionamento ideal do capitalismo, não importa os intermediários e repartições possíveis entre cada metamorfose, da produção ao consumo.

Por esta perspectiva de análise, as crises capitalistas têm sua raiz na relação capital e trabalho, na necessidade de exploração do trabalho e produção de mais-valor, as crises do capital são, portanto, produtos de lutas de classes entre capitalistas e trabalhadores. Segundo Marx (1986a), “as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (p. 188). Tratam-se de momentos em que o conflito entre os agentes antagônicos - capitalistas e trabalhadores - é desafogado.

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista: enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor). Seu caráter específico está orientado para o valor-capital existente, como meio para a máxima valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ele alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças

produtivas já produzidas (MARX, 1986a, p. 188).

Essa relação entre meios e fins expressa as contradições que foram apresentadas no estudo da Lei Tendencial de Queda da Taxa de Juros. A busca pela maximização de lucros que cada capitalista individual deve se submeter para fins de continuar, no mínimo, sendo capitalista, é por outro lado expressa na tendência geral de queda da taxa de lucros, tendo em vista os meios empregados para tanto. Assim, a produção capitalista procura constantemente superar as barreiras que lhe são imanentes, “[...] mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa. A verdadeira barreira da produção capitalista é o *próprio capital*” (MARX, 1986a, p. 189). As crises são os meios de superação a essa barreira, ao mesmo tempo em que a recoloca em um plano mais alto e mais grave. Também o caráter contraditório do sistema de crédito é expressão do caráter contraditório do próprio capital, e é desse modo contraditório que ele aparece nas crises.

De acordo com Roberts (2016), antes dos anos 1930, todas as quedas na atividade econômica eram chamadas de depressões. Entretanto, o termo recessão foi criado depois, como meio de evitar as memórias da Grande Depressão. Uma recessão é, nestes termos, tecnicamente definida pelos economistas do mainstream como o período de dois trimestres consecutivos de contração no produto interno bruto real (PIB) em uma economia. Já uma depressão foi definida pelo mainstream de duas maneiras. O primeiro é um padrão rígido bastante formal, a saber, que uma economia sofre um declínio no PIB real superior a 10% ou sofre um declínio que dura mais de três anos. Em segundo lugar, argumenta-se que a diferença entre uma recessão e uma depressão é mais do que simplesmente uma de tamanho ou duração. A natureza da recessão também é importante. Na Grande Depressão, os preços médios nos Estados Unidos caíram em um quarto e o PIB nominal acabou diminuindo em quase metade. As piores recessões dos EUA antes da Segunda Guerra Mundial foram todas associadas a crises bancárias e à queda dos preços. Em 1893-94 e 1907-8, o PIB real diminuiu quase 10%; em 1919-21, caiu 13 por cento (ROBERTS, 2016).

Para Roberts (2016), nenhuma dessas definições é suficiente para explicar a realidade de uma depressão. “Um ponto de referência mais específico seria onde uma economia sofre uma grande contração e qualquer recuperação é tão fraca que o caminho de crescimento da tendência depois não é reatado ou, pelo menos, leva vários anos ou mesmo uma década ou mais” (ROBERTS, 2016, p. 11). Assim, o autor identifica três grandes depressões na história do capitalismo, a primeira no final do século XIX, de 1873 a 1897, a segunda na primeira metade do século XX, de 1929 a 1939, e a terceira no começo do século XXI, de 2008 aos

dias atuais [2017], ainda não próxima de seu termo.

Para Krätke (2008b), sem a grande crise de 1857-8, Marx não teria escrito os *Grundrisse*. O evento teria sido o grande fator que levou Marx a tentar colocar no papel o primeiro grande rascunho de crítica à economia política, além de ter sido responsável pelo grande interesse de Marx sobre as crises monetárias europeias durante o exercício de sua atividade jornalística (KRÄTKE, 2008a). Tendo em vista a relação entre a crise de 1847-8 e a onda revolucionária de então, Marx, e também Engels, buscou encontrar sinais da próxima crise ao longo da década de 1850²³. A crise veio em agosto de 1857, tendo como gatilho a queda da Ohio Insurance Company de Nova Iorque, o que levou a uma crise bancária que se iniciou naquele estado e se expandiu pelo resto dos estados unidos. Em poucas semanas a crise afetou todos os grandes mercados financeiros do mundo capitalista.

De acordo com Krätke (2008a), apesar de suas previsões relativas ao caráter da crise como uma crise de base industrial de larga escala, o seu curso e duração surpreendeu Marx. Apesar de ter sido uma crise mundial e mais forte que a crise anterior, ela foi superada rapidamente, especialmente na Inglaterra e na França. A primeira conseguiu se valer da exportação para suas colônias e zonas de influência, a segunda foi atingida apenas quando a crise chegou aos seus principais mercados de exportação. O que importa destacar aqui é que embora as crises possam ter sua raiz na produção industrial, o caráter do seu desenvolvimento, duração e intensidade dependem de outros aspectos e circunstâncias que têm de ser analisados em sua especificidade.

Conforme já vimos e de acordo com Marx (1980), a possibilidade geral das crises é estabelecida no próprio processo de metamorfose do capital e de dois modos. Em relação ao dinheiro na função de meio de circulação, as fases de compra e venda podem se dissociar. Quanto ao dinheiro na função de meio de pagamento, em dois papéis diferentes, como medida de valores e como realização do valor, esses dois papéis podem romper o nexo que os ligam.

Se o valor tiver mudado *no intervalo*, a mercadoria no momento de sua venda não *valerá* o que *valia* no momento em que o dinheiro serviu de medida de valores e portanto das obrigações recíprocas, e a obrigação não pode ser preenchida com *o produto da venda* da mercadoria, nem se saldar assim toda a série de transações que

²³ Em carta a Engels datada de 8 de dezembro de 1857, escreveu Marx (1983a, p. 217): “Estou trabalhando como louco durante toda a noite e todas as noites reunindo meus estudos econômicos para que eu, pelo menos, obtenha contornos claros antes do dilúvio”. Em outra carta a Engels, de 21 de dezembro de 1857, também lemos: “Estou trabalhando enormemente, como regra até às 4 da manhã. Estou empenhado numa dupla tarefa: 1. Elaborar os contornos da economia política. (para benefício do público é absolutamente essencial entrar na matéria basicamente, assim como o é para mim, INDIVIDUALMENTE, PARA ME LIVRAR DESSE PESADELO [caixa alta no original - TDHR]. 2. A *crise atual*. Além dos artigos para o *Tribune*, tudo o que eu faço é guardar registros dela, o que, todavia, toma uma considerável quantidade de tempo”. (MARX, 1983b, p. 224).

retroativamente dependem dessa única operação. Se não puder vender a mercadoria ao menos num determinado período, embora seu valor não tenha variado, o dinheiro não poderá funcionar como meio de pagamento, uma vez que tem de servir como tal em prazo determinado, pressuposto. Uma vez que aí a mesma soma de dinheiro funciona para uma série de transações e operações recíprocas, há insolvência não só num ponto, mas em muitos. Daí a crise (MARX, 1980, p. 949).

Essas dois modos constituem as possibilidades formais de crise. Ou seja, possibilidades atinentes a forma da metamorfose das mercadorias no capitalismo. No primeiro caso, as crises são possíveis sem crédito, sem o dinheiro funcionar como meio de pagamento. Mas no segundo modo, a primeira condição é necessária, qual seja, a separação entre os momentos da compra e da venda. Nesse último caso, “[...] dá-se a crise porque a mercadoria é invendável e ainda porque não é vendável em determinado espaço de tempo” (MARX, 1980, p. 949). A crise resulta e deriva da impossibilidade de venda das mercadorias e também “[...] da não realização de toda uma série de pagamentos que se apoiam na venda dessa determinada mercadoria nesse determinado prazo. Esta é a forma específica das crises monetárias” (p. 950). A pesquisa do porque a possibilidade geral de crise se torna realidade deve ser realizada de modo específico.

A possibilidade geral das crises é a metamorfose formal do próprio capital, a dissociação da compra e venda no tempo e no espaço. Mas esse processo nunca é a causa da crise, pois é apenas a forma mais geral da crise, isto é, a própria crise em sua expressão mais geral. Não se pode dizer que a forma abstrata da crise é a causa da crise. Quem pergunta por sua causa, quer saber precisamente por que sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa da possibilidade para a realidade (MARX, 1980, p. 950).

Para Marx (1980), as condições gerais da crise devem ser explicadas a partir das condições gerais da produção capitalista, quando independentes das flutuações de preços, estejam ligadas ou não ao sistema de crédito. Dentre estas condições gerais estão o caráter mercantil da economia capitalista, especialmente o fato dos capitalistas não terem a certeza da realização das mercadorias no momento em que iniciam o investimento produtivo. Mesmo que realizadas as mercadorias, alterações nos valores (não preços nesse momento mais geral) de matérias-primas podem colocar empecilhos na reprodução e continuação do ciclo de acumulação. Por essa razão, o investimento em capital fixo está sempre envolto em riscos. Outro aspecto geral é a separação entre as figuras do consumidor e do produtor. No modo de produção capitalista, os produtores diretos, os trabalhadores, têm suas condições de produção estabelecidas postas pelos capitalistas. Eles consomem os meios de produção, mas não são seus compradores. Além disso, eles também não consomem e compram na mesma escala em

que produzem. De fato, a produção só se mantém se há produção de mais-valor, ou seja, de excedente, de trabalho excedente. Assim, portanto, é impossível de início a igualdade entre produção e consumo.

Além desses aspectos, há também os já mencionados relativos à taxa de lucro e ao sistema de crédito. Os lucros são a força que movimenta e motiva os capitalistas. Se um capitalista ou investidor não obtiver lucros, e o máximo de lucros possível com seu capital, ele logo procurará outros investimento ou deixará de realizar investimentos produtivos. Essa mesma lei que impele a todos os capitalista para a busca da maior taxa de lucro possível, como vimos, também leva, no longo prazo, à tendência de queda da taxa geral de lucro.

Nenhum capitalista emprega um novo método de produção, por mais produtivo que seja ou por mais que aumente a taxa de mais-valia, por livre e espontânea vontade, tão logo ele reduza a taxa de lucro. Mas cada um desses novos métodos de produção barateia as mercadorias. Ele as vende portanto originalmente acima de seu preço de produção, talvez acima de seu valor. Embolsa a diferença entre seus custos de produção e o preço de mercado das demais mercadorias, produzidas a custos de produção mais elevados. Pode fazê-lo porque a média do tempo de trabalho socialmente exigido para a produção dessas mercadorias é maior do que o tempo de trabalho exigido pelo novo método de produção. Seu procedimento de produção está acima da média do social. Mas a concorrência generaliza-o e submete-o à lei geral. Então se inicia o descenso da taxa de lucro - talvez primeiro nessa esfera da produção, e depois se equaliza com as outras, o que é totalmente independente da vontade dos capitalistas. (MARX, 1986b, p. 198).

A produção de lucro e a organização da produção para o lucro é mais uma diferença específica do modo de produção capitalista em relação a outros modos de produção. A expectativa de lucro decorre objetivamente da ocorrência real de lucro, sendo esta última o fator que estimula ou não o investimento capitalista. Embora ao capitalista o lucro pareça advir igualmente de qualquer um dos fatores de produção, seja o capital constante ou o capital variável, a extração máxima de lucro pela redução do custo com a força de trabalho é sempre uma meta a ser buscada por cada capitalista individual e pela classe capitalista na sua totalidade.

De acordo com Roberts (2009), nos anos 1960, as corporações estadunidenses atingiram taxas médias anuais de lucro no valor de 15 a 20% das vendas. Mas em 1969-70 sobreveio a primeira crise do período pós-guerra, logo seguida pela crise econômica mundial de 1974-5. Assim, em 1974, a taxa de lucro nos Estados Unidos caiu para 9% das vendas, metade dos valores da chamada “era de ouro”. Uma breve recuperação elevou a taxa de lucro para 14% em 1978, mas na recessão de 1980-2, a lucratividade caiu para um nível ainda mais inferior de 8%. Nesse quadro, os capitalistas nas economias capitalistas centrais lançaram

uma forte ofensiva contra a classe trabalhadora e remover todos os seus ganhos dos “anos dourados”. Os sindicatos foram enfraquecidos e o Estado Social mutilado mediante cortes de gastos e a privatização de indústrias estatais.

Apesar dessas medidas, a taxa de lucro apenas atingiu um pico de 10% em 1989, quando uma nova recessão a levou de volta aos 8% nos Estados Unidos. Assim, seguiram-se mais ataques aos salários e às condições da força de trabalho, como as políticas de downsizing e terceirização. Essas medidas, aliadas às inovações tecnológicas do final dos anos 1990, ajudaram as taxas a atingirem um novo pico de 13% em 1997, que embora longe dos picos dos “anos dourados”, era um nível bem melhor que a média dos anos 1980. Em 2001, uma nova recessão levou a taxa de lucro sobre as vendas para um novo fundo de 6%. Posteriormente, a taxa se elevaria para 12% no começo dos anos 2000.

Para Roberts (2009), esses dados demonstram que a saúde do capitalismo no longo prazo está se deteriorando.

O capitalismo dos EUA, a potência em crescimento do início do século XX, o poder econômico mais forte do período pós-guerra, agora está ficando velho. Seja o que for que as corporações dos EUA façam: cortar a força de trabalho, empregar mão-de-obra casual e temporária, usar o equipamento de alta tecnologia mais sofisticado, se mudar para os lugares mais baratos do mundo, tentar proteger seus lucros com tarifas e restrições comerciais, parece que não podem restaurar o grandes dias da década de 1960 (ROBERTS, 2009, p. 16).

Essa tendência secular de queda da taxa geral de lucro também tem suas figuras semelhantes na Europa, Japão e Austrália. Esse processo raiz na lógica básica e imanente ao modo de produção capitalista. As tentativas de recuperação da lucratividade se tornam cada vez mais frequentes e violentas, significando um alto custo em termos sociais e ambientais. Essas variações formam ciclos de lucro, que são compostos por períodos de maior prosperidade e outros de recessão ou crises. Se as taxas de lucros dos “anos de ouro” não podem ser recuperadas pelos países capitalistas centrais, temos por outro lado que também as conquistas sociais daquele período dificilmente retornarão.

O capitalismo não se move em linha reta, os ciclos de depressão e de crescimento acelerado se sobrepõe, entretanto, não variam sobre uma linha horizontal. O aumento da composição orgânica do capital é uma realidade inegável, assim, eventualmente, a tendência de queda da taxa geral de lucro faz-se valer.

Até aqui expomos elementos que indicam, segundo Marx, que as crises do capitalismo são inevitáveis, tendo por base suas possibilidades formais, as quais comportam diferentes causas inerentes à própria dinâmica capitalista e suas leis gerais. Dentre estas leis, tem maior

destaque a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que chegou a ser considerada por Marx (2011, p. 626), “[...] a lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas. Do ponto de vista histórico, é a lei mais importante”. Entretanto, cumpre destacar que, mesmo na tradição marxista, não há consenso sobre esse caráter fundamental dessa lei para o entendimento das crises vivenciadas pelo capitalismo ao longo do século XX e para atual depressão vivenciada pelo mundo capitalista.

Harvey (2011, p. 18), por exemplo, entende que “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe”. Para o autor britânico, um dos principais obstáculos para a acumulação capitalista e a consolidação do poder da classe capitalista nos anos 1960 foi o trabalho.

O trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política. No entanto, o capital precisava de acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis. Houve uma série de maneiras para fazer isso. Uma delas foi estimular a imigração. [...]. Outra forma foi buscar tecnologias que economizassem trabalho, como a robotização na indústria automobilística, o que criou desemprego. Um pouco disso aconteceu, mas houve muita resistência por parte do trabalho, que insistia em acordos de produtividade. A consolidação do poder de monopólio das empresas também enfraqueceu a implementação de novas tecnologias, porque custos laborais mais elevados eram transferidos para o consumidor por meio de preços mais altos (resultando em inflação estável). (HARVEY, 2011, p. 20).

Além desses métodos utilizados para domesticar e reduzir o poder da classe trabalhadora, os capitalistas contaram com a doutrina neoliberal “[...] para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado”. (HARVEY, 2011, p. 21). Como resultado desse processo, Harvey (2011) destaca a estagnação dos salários. A pressão sobre os salários foi o mecanismo de superação para tentar reverter a queda de crescimento enfrentada pelos capitalistas. Porém esta estratégia teve por efeito reduzir a demanda da classe trabalhadora, decorrente da sua perda de renda. Como consequência, os capitalistas conseguiram aumentar seu lucro porém ficaram sem ter a certeza da realização para poderem continuar a investir.

O problema da demanda passou a ser enfrentado pelo estímulo ao crédito e ao endividamento. “A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e aumento do endividamento”. (HARVEY, 2011, p. 22). Outra forma de tentar solucionar o problema da demanda foi a exportação do capital e o cultivo de novos mercados ao redor do mundo. “Mas para que tudo isso fosse realmente eficaz, era preciso construir um sistema globalmente interligado de mercados financeiros” (HARVEY, 2011, p. 24). Destarte, seguiu-se um

processo de redução das restrições legais às atividades do setor bancário e financeiro, a integração entre os mercados financeiros global e nacional foi vista como essencial. O investimento em ativos financeiros também se ampliou, de ações a derivativos e de derivativos de a derivativos de derivativos, novos instrumentos foram sendo criados para absorção do excedente de capital não aplicado no campo produtivo, estagnado e sem perspectiva de crescimento pela ausência de demanda suficiente.

Há um grave problema subjacente, particularmente desde a crise de 1973 a 1982, sobre como absorver montantes de capital excedente na produção de bens e serviços cada vez maiores. Durante os últimos anos, as autoridades monetárias como o Fundo Monetário Internacional têm comentado que “o mundo está inundado com excesso de liquidez”, isto é, há uma massa crescente de dinheiro à procura de algo rentável para colocar-se. (HARVEY, 2011, p. 31).

Isso ocorre porque cada vez menos capital estaria sendo absorvido na produção, com a diferença da China.

Numa tentativa desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente de capital, uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e desengajadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado. (HARVEY, 2011, p. 32).

É nesse contexto gerado a partir do achatamento dos salários, com a redução da demanda e das possibilidades de realização e o conseqüente não investimento do capital excedente na produção, que ocorre a virada para a *financeirização* desde 1973, segundo Harvey (2011). O aumento do endividamento em relação ao capital existente foi o caminho para a absorção do capital excedente. As aplicações financeiras em elementos do capital fictício cada vez mais destacados do capital real foram utilizadas como formas de se resolver o problema do capital excedente. O sistema de crédito e suas instituições tornaram-se centrais para a organização da economia e da política econômica, dando a fração de classe dos capitalistas financeiros a possibilidade de influenciar cada vez mais sobre as decisões de Estado.

Essa centralização do poder do dinheiro por meio do sistema de crédito tem todos os tipos de implicações para a trajetória do desenvolvimento capitalista. Dá a uma classe privilegiada de financistas um poder social imenso em potencial em relação aos produtores, comerciantes, proprietários, desenvolvedores, trabalhadores assalariados e consumidores. (HARVEY, 2011, p. 50).

É por meio desse poder social que há um processo cada vez mais intenso de

flexibilização e liberalização do mercado financeiro. Com a desregulamentação financeira e a possibilidade de uma especulação cada vez mais desenfreada, a financeirização se tornou um elemento central para a economia capitalista e para a crise mundial de 2008-9. Em sua raiz, estaria uma das seis barreiras potenciais à acumulação capitalista.

O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. (HARVEY, 2011, pp. 46-7).

Note-se que a lei da queda tendencial da taxa de lucro não é uma das seis barreiras levantadas por Harvey (2011) a partir de seu exame do fluxo do capital. Além disso, essas são barreiras potenciais, o caráter de necessidade e inevitabilidade não está presente. Tratam-se de barreiras que são decorrentes da lógica do capital e de suas contradições, mas não surgem como necessidades, mas potencialidades que são influenciadas por fatores exógenos, como o nexo Estado-finanças que o autor menciona como fundamental para a ocorrência da crise de 2008-9.

O nexo Estado-finanças funciona há muito tempo como o “sistema nervoso central” da acumulação do capital. Quando os sinais internos de seu funcionamento derem errado, então, obviamente, as crises surgirão. Boa parte do que acontece dentro dos bancos centrais e ministérios das finanças dos Estados contemporâneos é ocultada e envolta em mistério. (HARVEY, 2011, p. 52).

A crise atual tem, assim, um caráter próprio do momento, da forma específica que tomou a economia a partir de decisões políticas tomadas a partir dos anos 1970 em favor dos interesses de uma classe de capitalistas frente às demais. A crise decorre das fragilidades do nexo Estado-finanças, marcante da fase neoliberal do capitalismo. A lei da queda tendencial da taxa de lucro é mencionada e descartada brevemente por Harvey (2011):

[...] é difícil fazer a teoria de Marx sobre a queda da taxa de lucros funcionar quando a inovação é tanto para economizar capital ou meios de produção (por exemplo, pelo uso mais eficiente da energia) quanto para economizar trabalho. O próprio Marx, na verdade, listou uma série de influências de contratendência para a queda da taxa de lucro, incluindo as taxas crescentes de exploração do trabalho, a redução dos custos dos meios de produção (inovações de economia de capital), o comércio externo que reduziria os custos dos recursos, um enorme aumento do exército industrial de reserva de mão de obra que inibe o estímulo ao emprego de novas tecnologias, juntamente com a constante desvalorização do capital, a absorção do excedente de capital na produção de infraestruturas físicas e, finalmente, a monopolização e a abertura de novas linhas de produção com trabalho intensivo. Essa lista é tão longa

que torna a explicação de uma “lei” sólida de queda de lucros uma resposta mecânica à inovação para economizar trabalho, que permanece uma proposta insuficiente. (HARVEY, 2011, p. 85).

A fonte não da queda da taxa de lucros que ocorreu ao longo dos anos 1960 e que mereceu as respostas neoliberais não tem relação com a questão da composição orgânica para Harvey (2011), mas remete ao campo político e a disputa pelo excedente entre capitalistas e trabalhadores. A financeirização decorrente pela elevação dos lucros por meio do achatamento de salários foi a base de possibilidade da crise.

Citados por David Harvey ao discutir a questão da monopolização excessiva, Paul Baran e Paul Sweezy (1966) também desenvolveram sua tese em torno do problema do excedente e das barreiras à acumulação capitalista, além da questão da centralização e monopolização do capital.

No capitalismo monopolista, uma nova fase da acumulação capitalista, ocorre uma tendência à estagnação econômica, na medida em vai se formando um excedente de capital que não encontra investimentos atrativos no mercado. Para os autores, o capitalismo monopolista é um sistema contraditório na medida em que tende a gerar cada vez mais excedente, entretanto, sem prover as vias de consumo e investimento requeridas para a absorção desse excedente crescente. “Como o excedente não pode ser absorvido quando não é produzido, segue que o estado *normal* da economia capitalista monopolista é a estagnação” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 108). Essa estagnação é característica da transição de um sistema competitivo para um sistema monopolista.

Com a lei do excedente crescente substituindo a lei da queda tendencial da taxa de lucro, e com os modos normais de utilização do excedente notoriamente incapazes de absorver um excedente crescente, a questão acerca de outros modos de utilização do excedente assume uma importância crucial (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 114).

Na fase do capital monopolista a lei da queda tendencial da taxa de lucros é superada e substituída pela lei dos excedentes crescentes. A preocupação econômica central passa a ser a destinação dos excedentes, donde aparecem as soluções de absorção por meio do consumo capitalista e outras formas de investimento, esforço de vendas, gastos governamentais, militarismo e imperialismo. Para Behring (2009), Baran e Sweezy não trabalham com a lei do valor, limitando-se à esfera dos preços, o que deixaria incompleta a sua explicação sobre a maximização dos lucros no capitalismo monopolista. Para os autores, a mudança estrutural mais essencial da transição da forma competitiva para a monopolista do capitalismo é substituição da lei do lucro decrescente pela lei do excedente crescente. Behring (2009)

identifica que os autores transitam na fronteira entre o marxismo e o keynesianismo. O problema da estagnação está na base do processo de financeirização da economia descrito por Harvey (2011).

O sistema de crédito tornou-se [...] a grande alavanca moderna para a extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população. Todos os tipos de práticas predatórias bem como as legais (taxas de juros abusivas sobre os cartões de crédito, execuções hipotecárias em negócios por meio da negação de liquidez em momentos-chave e assim por diante) podem ser usados para perseguir táticas de despossessão que beneficiam os que já são ricos e poderosos. A onda de financeirização que ocorreu a partir de meados da década de 1970 foi espetacular por seu estilo predatório. Promoções de ações e manipulações de mercado; esquemas Ponzi e fraude corporativa; parcialização de ativos por fusões e aquisições; promoção de níveis de facilitação do endividamento que reduz populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, à escravidão pela dívida; expropriação dos ativos (o assalto dos fundos de pensão e sua dizimação pelos colapsos das ações e corporações) – todas essas características são fundamentais para explicar o capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2011, p. 198).

O nexó Estado-finanças marca um elemento essencial para o entendimento do capitalismo contemporâneo e de sua lógica. Assim, a financeirização é a característica de uma etapa de acumulação capitalista onde os mais ricos conseguiram direcionar os recursos do Estado e fatores culturais e ideológicos para sustentar uma forma particular de extração de riqueza dos mais pobres pelos mais ricos. Além do enfraquecimento de sindicatos por meio de diferentes meios, como o da internacionalização do capital em busca de mão-de-obra mais barata em locais com menos legislações sociais em favor dos trabalhadores, há um processo de disciplinamento da força de trabalho por meio do endividamento que se torna crucial para a classe trabalhadora manter seus padrões de vida conquistados nos “anos de ouro”. A financeirização, para Harvey (2011), promoveu uma “[...] reconstituição radical das relações de classe [...]” (p. 85) que ainda está em curso.

Duménil e Lévy (2011), em seu esforço para interpretar a crise de 2008-2009, também apontam a guinada neoliberal dos anos 1970 como marcante da constituição de uma nova fase do capitalismo mundial. Assim como Harvey, acreditam que ocorreu uma reconstituição radical das relações de classes, a qual promoveu uma nova divisão de classes, com um padrão mais complexo que “[...] a simples distinção entre capitalistas e trabalhadores produtores” (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 13). Trata-se de uma configuração tripolar de classes, tendo em vista que a tendência de formação da tradicional “classe média” foi reconfigurada e a classe trabalhadora se dividiu entre as classes gerenciais (inclusos os executivos e os trabalhadores de escritório) e as classes populares. Temos assim a divisão entre classes capitalistas, classes gerenciais e classes populares. Essa nova divisão decorre da transformação da produção e do

trabalho nas últimas décadas do capitalismo moderno, onde prevalece socialmente o poder das frações mais altas da classe capitalista financeira, também identificada como Finanças [Finance].

Para Duménil e Lévy (2011, p. 14), “o neoliberalismo é a última das três ordens sociais que constituem em conjunto o capitalismo moderno”. A primeira ordem social também foi marcada pela hegemonia financeira, indo do final do século XIX ao New Deal (anos 1930). A exceção à hegemonia financeira foi o período do New Deal anos 1970, quando o poder do capital financeiro foi reduzido, marcando a segunda ordem social, que teve como base os compromissos do pós-guerra. O neoliberalismo marca, assim, a segunda hegemonia financeira.

O neoliberalismo promove a liberdade de ação das empresas, o alegado retorno a uma "economia de mercado" (um eufemismo para dinâmicas capitalistas ilimitadas, tanto no nível doméstico como a nível internacional). De acordo com esta ideologia de mercado, o neoliberalismo promoveu a desregulamentação em todos os campos, particularmente dos mecanismos financeiros. Implicou macropolíticas fortes visando à proteção dos credores pela imposição de estabilidade de preços e pela abertura de fronteiras comerciais e de capitais (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 18).

A ordem neoliberal internacional, também chamada de globalização neoliberal, foi imposta pelo mundo dos países capitalistas centrais para os países menos desenvolvidos da periferia, ao custo de severas crises na Ásia e na América Latina. Tal forma de desenvolvimento evidencia o caráter imperialista que subjaz a ordem neoliberal. Desse modo, segundo Duménil e Lévy (2011), a corrupção, a subversão e a guerra foram meios utilizados para a instituição da ordem neoliberal pelo globo, sendo o estabelecimento de governos locais amistosos às demandas imperialistas uma forma efetiva de estabelecimento da hegemonia do capital financeiro.

A colaboração das elites do país dominado é crucial, bem como, no capitalismo contemporâneo, a ação de instituições internacionais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (WB), e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 9).

Para os autores, as três fases da história do capitalismo moderno foram marcadas e pontuadas pela ocorrência de crises profundas e duradouras, “crises estruturais”. As crises destacadas são as dos anos 1890, a Grande Depressão, a crise dos anos 1970 e a crise do neoliberalismo, que culminou na Grande Contração. “As crises estruturais são os resultados combinados das contradições internas de cada ordem social e da luta de classes. Eles marcam

rupturas bruscas na história do capitalismo, mas não alteram as evoluções subjacentes” (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 19).

A cada crise, portanto, seguiu-se uma nova ordem social e forma de organização das classes sociais. A taxa de lucro é vista como um fator importante na análise das crises, assim, consideram que as crises dos anos 1890 e dos 1970 estavam ligadas a processo de corrosão da taxa de lucro. Por outro lado, a Grande Depressão e a crise do neoliberalismo não encontram suas raízes na questão da lucratividade, mas são crise da hegemonia financeira. “Em ambos os casos, a taxa de lucro estava realizando um lento processo de restauração. Nem uma tendência ascendente nem descendente da taxa de lucro pode ser considerada um determinante da crise contemporânea” (DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 21). Em ambas as crises de hegemonia financeira, a expansão sem limites das demandas das classes hegemônicas, a Finance, foi responsável por levar a economia aos limites da sustentabilidade.

Para Duménil e Lévy (2011), a crise do neoliberalismo ocorreu em um momento de restauração da taxa de lucro, não de tendência de seu declínio. Os autores identificam uma tendência de aumento da taxa de lucro depois da crise dos anos 1970, uma que estaria associada aos benefícios de uma maior eficiência produtiva e gerencial relacionadas às novas tecnologias da informação, associada às propriedades técnicas e organizacionais características da extensão das companhias transnacionais pelo mundo. Além disso, a liberalização de mercados e redução de barreiras ao comércio e movimento de capitais, permitiram o barateamento de bens de consumo e bens de capital de países onde os custos de produção são mais baixos.

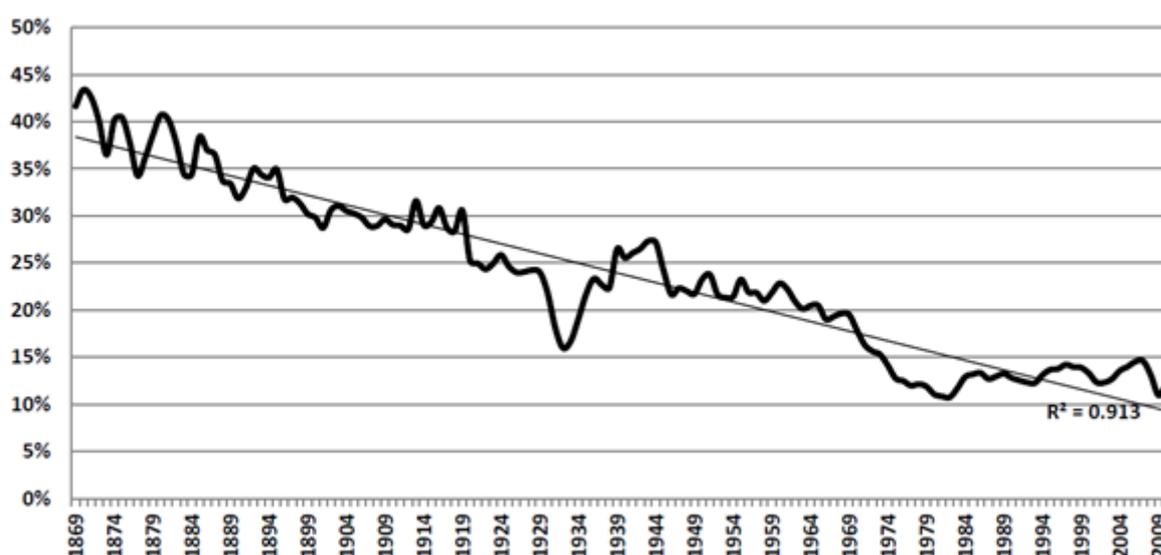
A crise é, nessa perspectiva, antes de ser uma crise do capital, uma crise do neoliberalismo. A crise tem sua raiz na financeirização, a qual expressa uma determinada estratégia de acumulação que favorece a fração financeira do capital, trata-se de uma crise que tem raízes na desigualdade e no endividamento. Ou seja, tanto Duménil e Lévy quanto Harvey (2011) acreditam que as crises capitalistas podem ter diferentes causas, sendo a atual crise uma resultante da forma do exercício da hegemonia de classes e sua equivalente organização da economia, através do uso do seu poder social para direcionar a economia e o aparato estatal para o favorecimento de seus interesses. Diferente de Roberts (2009; 2016), que acredita ser a crise atual consequente da falência das medidas neoliberais em restaurar os níveis de lucratividade da chamada “era de ouro” do capitalismo. Há uma clara distinção entre essas posições e sobre as causas das crises capitalistas.

Heinrich (2012), por exemplo, chega a afirmar que “não se pode encontrar uma teoria abrangente da crise em Marx, mas apenas observações dispersas e mais ou menos

desenvolvidas, as quais têm sido trabalhadas por marxistas em teorias da crise bem distintas entre si” (p. 171). Assim, o marxista alemão descarta o poder explicativo das crises a partir da queda da lucratividade, além de considerar que a lei da queda tendencial não foi comprovada por Marx.

Por outro lado, Esteban Maito (2014) buscou estimar e calcular a taxa de lucro em 14 países no longo prazo, para testar as predições de Marx. Os resultados tendem a confirmar a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

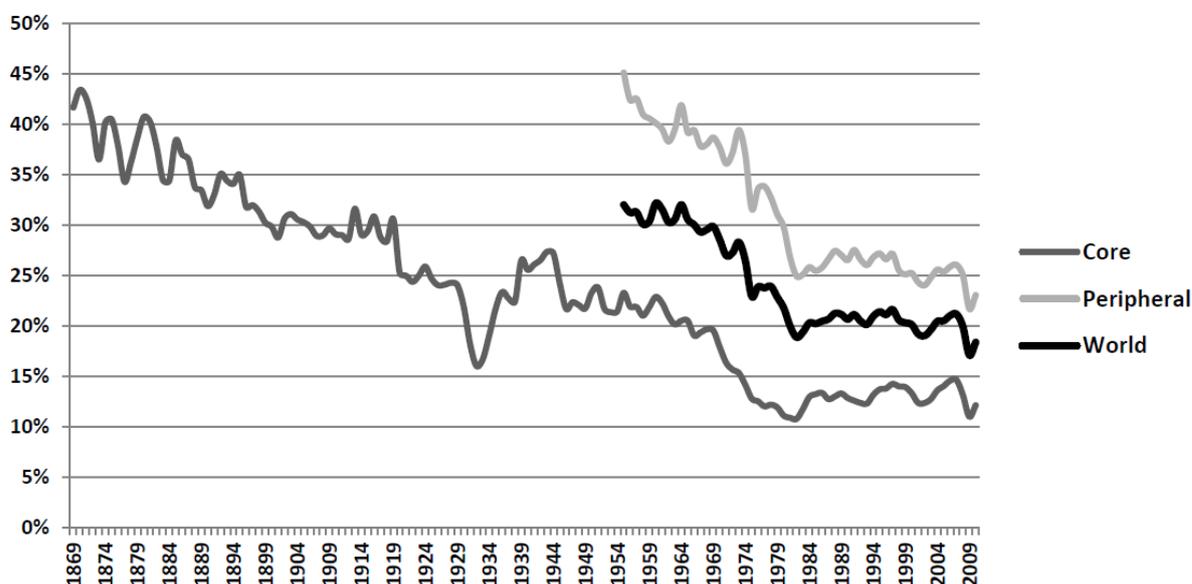
Gráfico 1 - Taxa média de lucro nos países principais (1869-2010)



Fonte e elaboração: Maito (2014).

Conforme o gráfico 1, elaborado por Maito (2014), é possível observar que apesar de momentos de recuperação, como na tendência observada no curto prazo do início dos anos 2000, na série histórica, há uma tendência de queda da taxa de lucro junto ao desenvolvimento capitalista no período de 1869 a 2010. É interessante observar que embora as depressões anteriores tenham sido superadas, a lucratividade nunca retornou para os níveis anteriores ao gatilho de suas crises iniciais. Esse série foi elaborada a partir de dados da Holanda, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Japão e Suécia, considerados os países principais para o cálculo realizado. Também foram analisados os países classificados como periféricos por Maito (2014), quais sejam, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha e México. Assim, no gráfico 2 temos os dados comparativos entre os países periféricos, países principais e a taxa de lucro mundial.

Gráfico 2 - Taxa global de lucro e taxa média nos países centrais e periféricos (1869-2010)



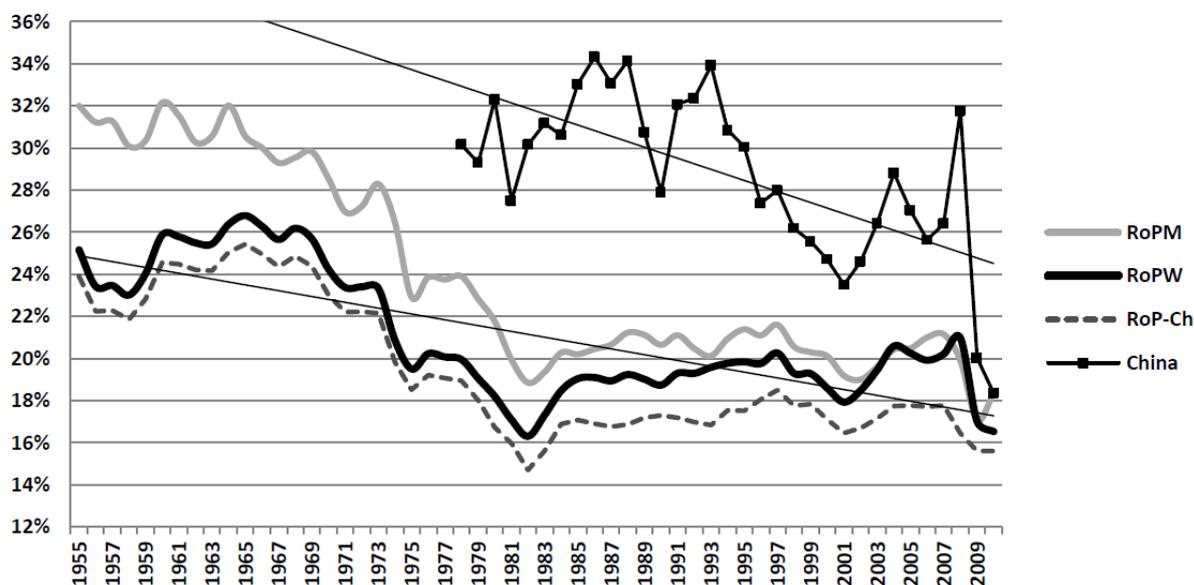
Fonte e elaboração: Maito (2014).

Maito (2014) destaca o papel da crescente influência da hegemonia capitalista da China na primeira década do século XXI. O comportamento da taxa de lucro na China tem uma influência crescente na acumulação capitalista global e na formação da taxa global de lucro, conforme se observa na figura 3. Para o autor, o ciclo de crescimento da economia mundial durante a primeira década do século XXI teve, como principal elemento dinâmico, o aumento a expansão chinesa, como se observa no maior crescimento entre 2001 e 2008 da taxa ponderada, incluindo este país, em relação com a ponderada sem este país. O comportamento da taxa de lucro na China tem uma influência crescente na acumulação sistêmica. Para o autor, atrás do seu surgimento como uma das principais economias capitalistas do mundo estão concentradas, na perspectiva da acumulação como fenômeno global, muitos fatores contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro, como o pagamento da mão-de-obra abaixo do valor, redução de elementos de capital constantes, exportação de capital e comércio exterior.

Maito (2014) ainda destaca outro aspecto do significado histórico desse advento da China. A série mostra um pico, em 1997, da recuperação da taxa de lucro desde 1982. O período 1998-2001 é o primeiro, desde 1982, em que as taxas mostram um decréscimo constante. O aprofundamento da transformação capitalista da China desde 2001 tem sido um ponto focal para o capital na tentativa de quebrar esta nova fase de queda, da qual a própria

China não está livre.

Gráfico 3 - Taxa global de lucro e China (1955-2010)



Fonte e elaboração: Maito (2014).

Para Maito (2014), a queda tendencial da taxa de lucro, confirmada empiricamente, confirma a natureza historicamente limitada da produção capitalista. O autor argumenta que as crises periódicas são específicas desse modo de produção, permitindo, ultimamente, uma recuperação parcial da lucratividade. “Essa capacidade de regeneração é um aspecto característico do capital e a natureza cíclica da economia capitalista. Mas a natureza periódica dessas crises não impediu a tendência descendente da taxa de lucro no longo prazo” (MAITO, 2014, p. 16). De acordo com essa perspectiva, pode-se concluir que:

Portanto, há uma tendência para a taxa de lucro cair ao longo de um longo período de tempo, e essa tendência irá superar eventuais fatores contrários. Mas por um período e, especialmente, após uma grande queda que desvaloriza o capital existente, os fatores contrários podem governar - isto é, através de uma crescente taxa de mais-valia, maiores lucros do exterior e o abaixamento de capital constante através de novas tecnologias, entre outros fatores. Essa foi a experiência do chamado período neoliberal após a queda profunda de 1980 a 82 até o final do século XX (ROBERTS, 2016, p. 23).

A estratégia neoliberal colocou fatores contrariantes que garantiram a recuperação da taxa de lucro, embora não nos níveis anteriores, uma vez que a tendência de queda no longo prazo acabou por se impor. Desse modo, o sistema de crédito e o chamado processo de financeirização teve, na perspectiva de Roberts (2016) e Maito (2014), um caráter

essencialmente diverso daquele observado por Harvey (2011) e Duménil e Lévy (2011). Para estes, não há uma teoria da crise marxista que seja abrangente, uma vez que cada crise é única, dependendo de relações particulares e das alianças e relações de hegemonia entre as classes sociais.

3.2 – *Crédito e crise.*

A seção anterior contém argumentos que definem dois grandes diferentes papéis para o sistema de crédito nas crises capitalistas, além do papel da fração financeira da classe capitalista. De um lado temos que o sistema de crédito, desenvolvido na forma das modernas finanças, tornou-se o núcleo hegemônico do capital na ofensiva neoliberal iniciada como resposta à crise dos anos 1970. Por outro lado, o processo de ampliação dos ativos financeiros e da especulação representou apenas a resposta do capital a um problema que não pode ser superado absolutamente, que lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Mas ambas as perspectivas concordam com o crescimento sem precedentes do setor financeiro na economia capitalista pelo globo. De acordo com Roberts (2016, p. 67), “em 2007, mais de 40% dos lucros das empresas norte-americanas foram para o setor financeiro, em comparação com apenas 10% em 1980”. A especulação com ativos financeiros trouxe lucros muito maiores e mais atrativos que aqueles encontrados no setor produtivo, que nunca recuperou as taxas de lucro dos “anos dourados”. A crise de 2008-9 manifestou o resultado do crescimento cada vez mais autonomizado da esfera do capital fictício em relação à produção real.

A Grande Recessão atingiu os Estados Unidos e as demais economias capitalistas avançadas, durando por cerca de 18 meses, do início de 2008 até meados de 2009. Segundo Roberts (2016), a crise adquiriu essa alcunha tendo em vista ter sido a mais longa e mais profunda contração de produção que a economia capitalista global, representada pelas trinta nações capitalistas avançadas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem experimentado desde a Grande Depressão de 1929-1932. De acordo com o autor, desde o pico do boom anterior no crescimento real do PIB, então de 2007, até o término da Grande Recessão em meados de 2009, as economias da OCDE se contraíram 6 pontos percentuais do PIB. Ao se comparar a produção global no nível em que deveria estar em 2009 caso a crise não sobreviesse, a perda de renda foi ainda maior, estando em 8 pontos percentuais. No decurso da Grande Recessão, o nível de produção industrial, foi 13% abaixo do seu pico anterior, e o comércio mundial caiu 20% em relação ao seu pico anterior. Os

mercados de ações mundiais caíram em média 50% em relação ao pico em 2007. Além disso, a Grande Recessão foi a mais longa desde a Grande Depressão de 1929-32. A Grande Recessão durou cerca de vinte meses, tornando-se mais do que o dobro da média de duração das crises ocorridas ao longo do Século XX, sendo a maior desde a de 1929-32, que durou quarenta e três meses.

Segundo Kliman (2011), a crise financeira ocorrida na segunda metade dos anos 2000 foi inicialmente caracterizada como uma crise das hipotecas de alto risco [subprime mortgage crisis]. No entanto, posteriormente foi geralmente reconhecido que o aumento da taxa de inadimplência nos empréstimos de alto risco foi apenas uma faceta de um problema mais geral, o estourar de uma bolha imobiliária nos EUA, a qual foi o principal fator que desencadeou a crise e a Grande Recessão.

De acordo com Kliman (2011), na segunda metade da década de 1990, foi iniciado um aumento acentuado no crédito hipotecário, o que levou a um aumento proeminente dos preços das casas. Uma razão pela qual o empréstimo pode ter começado a disparar foi que a segunda metade da década de 1990 foi o período da bolha das ponto-com. Muito dinheiro estava sendo feito no mercado de ações, alguns dos quais foram investidos em imóveis residenciais e comerciais. O autor também lembra que outro fator que pode ter estimulado o empréstimo hipotecário foi uma mudança na lei do imposto de renda. Antes de 1997, as pessoas que vendiam suas casas a um preço maior do que o preço pelo qual compraram eram obrigadas a pagar o imposto sobre a diferença. Mas naquele ano, o Congresso americano eliminou o imposto sobre a maioria desses ganhos de capital; para um casal apresentando uma declaração de imposto conjunta, os primeiros \$ 500,000 de diferença de preço eram isentos. Em 1999, o volume de empréstimos hipotecários já era 146% do que em 1995 e 75% maior do que em 1997.

Segundo Kliman (2011), a bolha dos imóveis residenciais não era um fenômeno isolado. Os preços dos imóveis comerciais aumentaram aproximadamente na mesma porcentagem, entre o início de 2001 e o final de 2007, o que os preços das casas aumentaram entre o início de 2000 e meados de 2006. E os preços das ações se recuperaram rapidamente depois de caírem no início dos anos 2000. O índice Standard & Poor's 500²⁴ aumentou 95% entre o início de 2003 e o final de 2007, um aumento médio anual superior a 20%. Embora a demanda por ativos, ativos financeiros e tangíveis das famílias, tenha aumentado rapidamente, suas responsabilidades aumentaram rapidamente também. Em média, os aumentos no passivo

²⁴ O Índice Standard & Poor's 500 (S & P 500) é um índice de 505 ações emitidas por 500 grandes empresas com capitalizações de mercado de pelo menos 6,1 bilhões de dólares.

financiaram apenas 44% dos ativos financeiros e tangíveis recém-adquiridos das famílias entre 1952 e 1992, o resto foi comprado fora dos rendimentos reais das pessoas. Mas, então, surgiu o boom da década de 1990 e o boom dos anos 2000, ambos inflados por uma crescente montanha de dívidas.

Conforme explica Kliman (2011), em 1999, a proporção de novos passivos para ativos recém-adquiridos era de 96%, o que significa que todos, exceto 4% dos ativos adicionais, foram comprados com dinheiro emprestado. E essa situação persistiu até que a última crise entrou em erupção; de 1999 a 2006, a proporção média de passivos novos para ativos recém-adquiridos foi de 94%. Assim, enquanto as famílias em 1992 emprestaram (através de depósitos em bancos, etc.) mais do que pegaram emprestado em um montante igual a 2,9% do PIB dos EUA, elas logo se tornaram cada vez mais mutuárias. Em 2005, seus empréstimos realizados excederam seus empréstimos concedidos em um valor igual a 2,9% do PIB.

De acordo com Kliman (2011), o que aconteceu na década de 2000, no entanto, é que o déficit de renda foi temporariamente coberto com fundos ainda mais emprestados. Isso ocorreu porque no período de 1995 a 2005, a renda das famílias aumentou em um quarto do aumento das hipotecas. As casas foram compradas com menos dinheiro na base e empréstimos hipotecários maiores, e os proprietários de imóveis que enfrentavam dificuldades em fazer seus pagamentos de hipoteca com, frequentemente tomavam empréstimos adicionais para pagar os originais. Eles conseguiam obter esses empréstimos adicionais desde que os preços das casas continuem aumentando, usando os aumentos nos “valores” de suas casas como garantia. Ou seja, uma ficção sustentando outra ficção.

No entanto, conforme argumenta Kliman (2011), a longo prazo, as casas devem ser pagas por renda, e as dívidas devem ser liquidadas com renda, não com mais dívidas. Assim, o boom no mercado imobiliário era insustentável, uma vez que se sustentava no endividamento progressivo apenas, sem a realização dos valores. As vendas de casas novas e existentes começaram a diminuir no segundo semestre de 2005, e os preços das casas começaram a diminuir cerca de um ano depois. Mais e mais compradores de casas recentes ficaram com “patrimônio negativo”, dados os saldos hipotecários que excediam os preços atuais de suas casas. Por conseguinte, não podiam mais pagar a dívida hipotecária pela realização de mais dívida, logo, os incumprimentos da dívida hipotecária e as execuções hipotecárias começaram a subir.

O problema foi identificado inicialmente como uma mera crise das hipotecas de alto risco [subprime mortgage crisis], tendo sido culpada a irresponsabilidade de quem emprestou para quem evidentemente não poderia pagar. Entretanto, de acordo com Kliman (2011), o

problema real foi que os preços das casas entraram em colapso. Embora os mutuários subprime tivessem sido os primeiros atingidos, o problema era muito maior. Como o volume de dívida hipotecária ruim era grande, muitas instituições financeiras (e outras entidades) começaram a enfrentar problemas de liquidez e fluxo de caixa muito sérios. Mas outros fatores também ajudaram a tornar a crise severa. Tornou-se uma crise geral e mundial, ao invés de apenas uma crise que os credores hipotecários enfrentavam, porque as hipotecas eram securitizadas: “[...] uma grande variedade de instituições adquiriram títulos garantidos por hipotecas (que são essencialmente ações de um pool de hipotecas) e outros títulos cujos preços dependem do fluxo de reembolsos de hipotecas” (KLIMAN, 2011, p. 32).

A bolha imobiliária para uma crise de dimensão muito maior, a qual afetaria de sobremaneira o setor financeiro. Apesar da securitização de empréstimos hipotecários, algumas grandes instituições estavam fortemente expostas à inadimplência hipotecária. Os bancos securitizaram as hipotecas e então tendiam a transformá-los em ativos securitizados para explorar uma lacuna regulatória e, assim, obter maior alavancagem. Ao transformar os empréstimos hipotecários que possuíam em valores mobiliários de que possuíam, as instituições financeiras conseguiram reduzir a quantidade de capital eram obrigadas a reservar como uma almofada contra perdas inesperada. Além disso, Kliman (2011) destaca que outra razão da crise ter se tornado tão massiva foi o fato de que as instituições financeiras estavam altamente alavancadas, uma vez que pretendiam maximizar ao máximo os lucros advindos da especulação.

As perdas relacionadas às hipotecas se acumularam em 2007 e 2008, levando os mercados de crédito a sucumbirem a uma crise de confiança, isto é, uma crescente preocupação quanto à possibilidade do dinheiro devido aos credores não vir a ser reembolsado. Para Roberts (2016), a crise financeira global começou em 9 de agosto de 2007, quando o BNP Paribas²⁵ anunciou que estava encerrando um dos seus fundos de títulos garantidos por hipotecas norte-americanas e assumindo grandes perdas nessa decisão, o que sinalizou o impacto que a crise das hipotecas subprime poderiam representar. Pouco depois, outros bancos nos Estados Unidos e na Europa anunciaram perdas semelhantes. O mercado de ações começou a cair a partir de outubro de 2007. Depois, houve uma avalanche de perdas para bancos em todo o mundo, logo, os Estados Unidos e o resto das economias capitalistas avançadas mergulharam na Grande Recessão.

²⁵ Um dos maiores bancos da Europa, com sede em Paris.

Havia uma preocupação com a liquidez e a saúde financeira das instituições financeiras e sobre como os governos dos Estados Unidos e de outros países responderiam à uma crise. A preocupação se transformou em pânico em setembro de 2008, quando o governo americano deixou o banco de investimentos Lehman Brothers falir e a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos rejeitou uma proposta para resgatar o setor bancário por meio do Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (TARP) de 700 bilhões de dólares. Com a continuidade da crise e o pânico gerado, o Congresso voltou atrás e aprovou o TARP em 3 de outubro de 2008.

O setor financeiro estava de joelhos e rolava. Por ter se tornado uma parte tão importante do sistema capitalista, particularmente nos Estados Unidos, Reino Unido e Europa, agora ameaçava derrubar o setor produtivo do capitalismo através de uma série de falências e fechamentos. Os governos tiveram que agir. Sua resposta foi resgatar os bancos, os credores de hipotecas e as companhias de seguros com o caixa governamental, em parte aumentado pela colocação de maiores impostos sobre os assalariados, mas principalmente por empréstimos, isto é, a venda de títulos do governo para os próprios bancos e companhias de seguros que estavam em apuros (ROBERTS, 2008, p. 67).

Enquanto alguns foram deixados para serem derretidos, como no caso do Lehman Brothers, a maioria foi agraciada com o resgate [bail out] governamental. Roberts (2016) destaca, em particular, o caso da American International Group, Inc (AIG), a companhia de seguros global que estava segurando todos os bancos e especuladores de fundos de hedge contra quaisquer perdas em suas especulações em derivativos de títulos hipotecários e outras formas "inovadoras" de capital fictício, recebeu um reforço massivo. O objetivo era atender integralmente os créditos de seguros sobre perdas em investimentos especulativos feitos por outros grandes players financeiros, como o Goldman Sachs e outros. Assim, os contribuintes acabaram compensando os grandes bancos pelas perdas que incorreram com sua própria imprudência e ganância.

Como consequência dos resgates realizados pelos governos de diferentes, houve um aumento do endividamento público, o qual chegou a níveis desconhecidos desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Roberts (2016), o contribuinte, em especial os assalariados, ficou com uma enorme conta a pagar dado o aumento do serviço da dívida pagamento aos detentores de títulos (bancos, etc.) no futuro. Os déficits orçamentais anuais do governo dispararam para financiar os resgates e, como as economias se contraíram fortemente e o desemprego cresceu em espiral, as receitas fiscais caíram e as despesas com os benefícios sociais aumentaram. Os governos passaram então a buscar a redução desses. Assim que a Grande Recessão terminou, eles embarcaram no que chamamos de programas de austeridade,

os quais visam reduzir as despesas do governo, particularmente o investimento governamental e gastos sociais. Assim, dado o lugar que o sistema de crédito passou a ocupar a partir dos anos 1970, foi essencial para os capitalistas garantir o mínimo de sua segurança.

Conclusão

Entender a relação entre o sistema de crédito e as crises do capital é um fator essencial para compreensão dos efeitos deletérios destes para a configuração do Estado e das políticas sociais nessas primeiras décadas do século XXI. Como vimos, mesmo dentro da tradição marxista, há diferentes formas de compreender o crédito e seu papel no capitalismo e nas suas crises.

A análise bibliográfica realizada demonstra que há diferentes modos de compreender a crise contemporânea, situada no contexto do neoliberalismo. O sistema de crédito e seu papel nas crises têm diferentes acepções.

Por um lado, esse pode ser entendido como a fonte das crises, como se o excesso de liberalização financeira, naquilo que alguns autores chamam de financeirização da economia, fosse o principal fator que desencadeou a última grande crise do capital, cujos efeitos ainda são enfrentados. A financeirização da economia marcaria uma fase particular da acumulação capitalista que tem por característica a hegemonia do setor financeiro da classe capitalista. O exercício dessa hegemonia se deu pela implementação do neoliberalismo e a reconfiguração do Estado em favor dos interesses do capital financeiro. A crise contemporânea e seus efeitos sociais deletérios seria decorrente dessa nova configuração das relações de poder entre as classes sociais, portanto, uma crise do neoliberalismo, a crise dessa forma específica de organização e acumulação capitalista.

Por outro lado, essa expansão do setor financeiro também pode ser entendida como resposta a um processo mais abrangente e que remete não apenas há uma fase ou configuração do poder e exercício da dominação social. Nesse sentido, a crise contemporânea seria na verdade a resultante da falha das medidas neoliberais e da expansão do sistema de crédito para dar conta de contornar o problema lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Em termos políticos, há diferentes consequências para cada entendimento. Por um lado, se a crise é de uma fase e possui razões particulares, isso significa que esta poderia não ter acontecido ou ter acontecido de outra forma menos gravosa fossem outras as relações de hegemonia entre as classes sociais. De outro modo, a crise explicita um fator estruturante da economia capitalista, assim, ela explicita não a crise de uma fase, mas os limites históricos e lógicos do próprio capitalismo. Uma perspectiva abre o caminho para a reforma e para medidas que possam atenuar as contradições capitalistas dentro da própria ordem capitalista, enquanto a outra, apesar de também poder sugerir medidas nesse sentido, aponta para a maior urgência de se superar esse modo de produção.

O sistema de crédito tornou-se cada vez mais central no capitalismo, transformando-se em elemento essencial para a acumulação, uma de suas dimensões, o capital fictício, passou a estar na raiz da economia capitalista globalizada. Por essa razão, os Estados capitalistas não puderam se furtar a salvar as instituições financeiras quando essas começaram a entrar em colapso em 2008. O custo dessa intervenção foi alto em termos financeiros e também em termos sociais. O endividamento ocorrido vem sendo contido por meio do avanço das medidas de austeridade e a acentuação do processo de redução do Estado no campo das políticas sociais que vem desde os anos 1970. A centralidade do sistema de crédito ainda não parece ter sido revertida apesar da crise, pelo contrário, medidas em favor do rentismo têm sido tomadas de formas cada vez mais duras, como no caso brasileiro, em que o Novo Regime Fiscal e a ampliação da DRU apontam para efeitos deletérios para as políticas sociais, tudo em favor da garantia da segurança, da estabilidade e, se possível, ampliação da rentabilidade do rentismo financeiro.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em: 15/11/2017.

BARAN, P; SWEEZY, P. **Monopoly capital**: an essay on the American economy and social order. New York: Modern Reader Paperbacks, 1966.

BEHRING, E. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A dívida e o calvário do fundo público. **Advir**, n. 18, p. 9-21, jul-2017.

BELLOFIORE, R. **Marxian Economics**: a reappraisal. Essays on Volume III of Capital. Volume 1: Method, Value and Money. London: Macmillan Press Ltd, 1998.

BRETTAS, T. Dívida pública, interesses privados. **Advir**, n. 18, p. 23-35, jul-2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 30/11/2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm> Acesso em: 30/11/2017.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. **A Política Monetária**: um ensaio de interpretação marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. **A Oferta de Moeda**. Lisboa: Editora Estampa, 1978c.

_____. Marx's Contribution to the Search for a Theory of Money. MOSELEY, Fred (org.). **Marx's Theory of Money**: Modern Appraisals. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **The crisis of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

GRANEMANN, S. Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'. Tese de doutorado (Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, G. W. F. A Estética - A Idéia e o Ideal. In: **Hegel** (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000.

HEINRICH, Michael. **An Introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review Press, 2012.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KLIMAN, A. **The failure of capitalist production**: underlying causes of the Great Recession. New York: Pluto Press, 2011.

KRÄTKE, M. R. The first world economic crisis: Marx as an economic journalist. In: MUSTO, M (org.). **Karl Marx's Grundrisse**: Foundations of the critique of political economy 150 years later. New York: Routledge, 2008a.

_____. Marx's 'book of crisis' of 1857-8. In: MUSTO, M (org.). **Karl Marx's Grundrisse**: Foundations of the critique of political economy 150 years later. New York: Routledge, 2008b.

MAITO, E. E. 2014. "Historical Transience of Capital: Downward Trend in the Rate of Profit since XIX Century." Working Paper. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/maito14.pdf>> Acesso em: 15/11/2017.

MARX, K. _____. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital. Vol. 1, 2, 3. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Para a crítica da economia política**; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. Marx to Engels, 8 December 1857. In: **Collected Works** v. 40. Londres: Lawrence & Wishart, 1983a.

_____. Marx to Engels, 21 December 1857. In: **Collected Works** v. 40. Londres: Lawrence & Wishart, 1983b.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Vol. 4. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Vol. 5. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Vol. 2. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTA, A. E. **A cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAIVA, A. B; MESQUITA, A. C. S; JACCOUD, L; PASSOS, L. O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil. Brasília: IPEA, set. 2016. Nota técnica 27.

PASTORINI, A. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROBERTS, M. **The Great Recession**. London: Lulu Enterprises, 2009.

_____. **The Long Depression**. Chicago, IL: Haymarket Books, 2016.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: Evilásio Salvador; Elaine Behring; Ivanete Boschetti; Sara Granemann. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

_____. A desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. **Advir**, n. 18, p. 63-76, jul-2017.